



---

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

# *Revisão do Plano Diretor Municipal*

## *União da Vitória*

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

JOÃO CARLOS ORTEGA Secretário

LÚCIO TASSO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

JOÃO CARLOS ORTEGA Superintendente

ALVARO JOSÉ CABRINI JUNIOR Superintendente Executivo

JOSE ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças

CAMILA MILEKE SCUCATO Diretora de Operações

VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador de Operações

RODRIGO JOSÉ KUSMA Coordenador de Tecnologia da Informação

FÁBIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA Coordenador ER Maringá

RAFAEL GUSTAVO MANSANI Coordenador ER Ponta Grossa

FRANCISCO LUIS DOS SANTOS Coordenador de Escritório Regional e da  
Região Metropolitana e Litoral

JOSÉ FERNANDO DILLENBURG Coordenador ER Cascavel

CELSO CARLOS CAROLLO SILVESTRI Coordenador ER Guarapuava

ANDRÉ COTRIN ABDO Coordenador ER Londrina

## **MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA**

Prefeito

BACHIR ABBAS

## **SUPERVISÃO**

**Serviço Social Autônomo PARANACIDADE**

**Diretoria de Operações**



---

*Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE*

# ***Revisão do Plano Diretor Municipal***

## ***União da Vitória***

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 13/2020 (5691)

REF.: CONCORRÊNCIA NA MODALIDADE TÉCNICA E PREÇO Nº 01/2019

Maio / 2021



## APRESENTAÇÃO

Este documento contempla a Fase de Análise Temática Integrada da Revisão do Plano Diretor Municipal de União da Vitória, quanto a **Síntese da Análise Temática Integrada**. Os serviços prestados decorrem do Contrato de Prestação de Serviços contrato nº 13/2012020 (5691), celebrado entre a empresa Tese Tecnologia Arquitetura e Cultura Ltda e a Prefeitura Municipal de União da Vitória. Está em conformidade com as exigências do Termo de Referência do Edital de Concorrência na modalidade Técnica e Preço nº 01/2019, referente à contratação de empresa especializada para a Revisão do Plano Diretor Municipal de União da Vitória.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>7</b>
<b>RESPONSÁVEIS TÉCNICOS .....</b>	<b>8</b>
<b>1. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1. ASPECTOS AMBIENTAIS.....</b>	<b>11</b>
<b>1.2. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS .....</b>	<b>14</b>
1.2.1. Uso e Ocupação do Solo .....	14
1.2.2. Equipamentos Comunitários .....	20
1.2.3. Serviços Urbanos de Energia Elétrica e Saneamento .....	24
1.2.4. Infraestrutura Viária - Mobilidade e Acessibilidade .....	29
1.2.5. Inserção regional e aglomeração intermunicipal .....	32
1.2.6. Patrimônio Cultural e Paisagem .....	35
<b>1.3. ASPECTOS ECONÔMICOS.....</b>	<b>36</b>
1.3.1. Crescimento Populacional e Demografia .....	36
1.3.2. Emprego e Renda .....	37
1.3.3. Distribuição do PIB e Índice FIRJAN .....	39
1.3.4. Capacidade de Endividamento .....	39
1.3.5. Gestão Fiscal e Finanças Públicas .....	40
<b>1.4. ASPECTOS INSTITUCIONAIS .....</b>	<b>41</b>
1.4.1. Planejamento e Gestão Urbana do Município .....	41
1.4.2. Estrutura e Funcionamento dos Conselhos Municipais .....	45
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: RESTRIÇÕES AMBIENTAIS.....	11
FIGURA 2: SÍNTESE DOS ASPECTOS AMBIENTAIS.....	12
FIGURA 3: APTIDÕES AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICA.....	13
FIGURA 4: TIPOLOGIA DOS DOMICÍLIOS DA SEDE URBANA.....	16
FIGURA 5: SÍNTESE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	17
FIGURA 6: SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS CAPACIDADES DE SUPORTE.....	19
FIGURA 7: SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE.....	20
FIGURA 8: SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO.....	21
FIGURA 9: SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER, ESPORTE E CULTURA.....	23
FIGURA 10: SÍNTESE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATENDIMENTO AO CIDADÃO.....	23
FIGURA 11: SÍNTESE DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	24
FIGURA 12: SÍNTESE DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	25
FIGURA 13: SÍNTESE DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	27
FIGURA 14: SÍNTESE DO SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	28
FIGURA 15: PANORAMA GERAL DOS SERVIÇOS URBANOS – 2020.....	29
FIGURA 16: SÍNTESE DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA – PAVIMENTAÇÃO E CALÇADAS.....	29
FIGURA 17: SÍNTESE DA MOBILIDADE REGIONAL.....	30
FIGURA 18: PROPOSTAS PARA O NOVO CONTORNO RODOVIÁRIO – PDM-2008 E JLAA-2019.....	31
FIGURA 19: SÍNTESE DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA – MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE.....	32
FIGURA 20: REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE UNIÃO DA VITÓRIA (RGI-UV).....	33
FIGURA 21: CONDICIONANTES AMBIENTAIS DOS MUNICÍPIOS DA RGI-UV.....	33
FIGURA 22: SÍNTESE DA AGLOMERAÇÃO URBANA INTERMUNICIPAL.....	34
FIGURA 23: SÍNTESE DOS PROJETOS FUTUROS INDUTORES DE DESENVOLVIMENTO.....	34
FIGURA 24: SÍNTESE DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PAISAGEM.....	35
FIGURA 25: LOCALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PAISAGEM.....	35
FIGURA 26: GRÁFICO DA DINÂMICA POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA.....	37
FIGURA 27: RENDA MÉDIA PER CAPITA POR SETOR CENSITÁRIOS DE UNIÃO DA VITÓRIA (2010).....	38
FIGURA 28: ÍNDICE DE EMPREGABILIDADE POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – 2017.....	38
FIGURA 29: GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR SETOR ECONÔMICO (2000 A 2017).....	39
FIGURA 30: SÍNTESE ANALÍTICA CONSELHOS E FUNDOS MUNICIPAIS.....	46



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: MATRIZ AVALIATIVA DA CAPACIDADE DE SUPORTE ANTRÓPICO DOS BAIRROS DA SEDE URBANA.....	18
TABELA 2: MATRIZ AVALIATIVA DAS ÁREAS CONTÍGUAS À MALHA URBANA CONSOLIDADA	19

## RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

### CONSULTORIA CONTRATADA

TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA

#### COORDENAÇÃO GERAL

MIRNA CORTOPASSI LOBO

Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2

#### COORDENAÇÃO TÉCNICA

LETICIA PERET ANTUNES HARDT

Arquiteta e Urbanista CAU A3137-2

VANESSA BOSCARO FERNANDES

Arquiteta e Urbanista CAU A37721-0

#### EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

MIRNA CORTOPASSI LOBO

Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2

DIOGO CORTOPASSI LOBO

Engenheiro Civil CREA/PR 53933/D

HELDER RAFAEL NOCKO

Engenheiro Ambiental CREA/PR 86285/D

FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA

Geógrafo, CREA/PR 27916/D

ANA PAULA WOSNIAK

Geóloga, CREA/PR 30050/D

MICHELLI GONÇALVES STUMM

Economista, CORECON 8551

BRUNO DESCHAMPS MEIRINHO

Advogado, OAB/PR 48641

DENISON BARCICK ALVES

Administrador CRA/PR 20-31109

MARIA DAS GRAÇAS MÁFIA ARAÚJO

Cientista Social

GIORDANA ELAINE BALAO

Representante Local e Facilitadora

#### EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR

CAROLINE NAYARA RECH

Arquiteta e Urbanista CAU 202924-3

GABRIELA GROSSI F. DE PELLEGRINI

Arquiteta e Urbanista CAU 211793-2

BRUNO RUCHINSKI DE SOUZA

Engenheiro Civil, CREA/PR 155298/D

RENATA SATIKO AKIYAMA

Arquiteta e Urbanista CAU A38243-4

CRISTINA HARUMI WASHIMI

Arquiteta e Urbanista CAU 275790-7

#### EQUIPE DE APOIO

HELLEN CHAIANE DOS SANTOS

Administrativo / Financeiro

ALBERTO LOPES DAL'OSTO

Administrativo / Logística

MARIANE BASTOS DE LIMA

Acadêmica em arquitetura

WANDERSON SCHMIDT AMARAL

Acadêmico em arquitetura





## **EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL**

Instituída pelo **DECRETO Nº 111/2021**, de 04 de fevereiro de 2021

### **COORDENAÇÃO**

ANDRÉ OTTO HOCHSTEIN

Secretário Municipal de Planejamento,  
CREA/PR 127056/D

### **EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL**

ALFEU DOS SANTOS JUNIOR

MARIA EDUARDA NEDOCHEKTO

WILSON BALARDINI

ANTONIO OSCAR NHOATTO

CÉSAR AUGUSTO STRAPASSOLA

Coordenador de Planejamento Urbano  
Supervisora de Aplicação do Plano Diretor  
Chefe do Cadastro Técnico Imobiliário  
Secretário Municipal de Meio Ambiente  
Secretário Municipal de Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento  
Geólogo  
Advogado

JONATHAN ECKS

RICARDO HENRIQUE CAMARGO OLISKOWSKI

## **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

ADY DE LIMA

CRISTIANO TCHUVAIFF

GILDA BOTÃO

MARLI OANIESKI

PAULA FERSCH

PAULO PANACIONI

Conselho de Desenvolvimento Rural  
Conselho de Desenvolvimento Rural  
Conselho de Desenvolvimento Urbano  
Diretora de Assistência Social  
Conselho de Desenvolvimento Rural  
Conselho de Desenvolvimento Urbano

## **GRUPO DE ACOMPANHAMENTO**

Instituída pelo **DECRETO Nº 186/2020**, de 27 de abril de 2020

ARAMIS AYRES DOMIT

LUCIANO EDINEI KARPOVISCH

DAGO ALFREDO WOEHL

MARIO VICENTE PEDROSO

AEAVI

CDL

SEC – CORPRERI

CRECI

## **SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE**

Nágila Terezinha Freiria

Analista de Desenvolvimento Municipal

## 1. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

A presente síntese da análise temática integrada está pautada nas quatro dimensões da sustentabilidade, quais sejam: **AMBIENTAL**, **SOCIAL**, **ECONÔMICA** e **INSTITUCIONAL**, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável<sup>1</sup>, cujos objetivos e diretrizes, serão detalhados nos produtos 2.18 (*Objetivos para o desenvolvimento sustentável*) e 2.19 (*Reordenamento territorial*), respectivamente.

O **QUADRO 1** abaixo, demonstra os componentes-síntese analisados sistematicamente neste produto, para cada dimensão da sustentabilidade.

**QUADRO 1: DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE E COMPONENTES ANALISADOS**

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	COMPONENTES - SÍNTESE ANALISADOS	PRODUTOS
<b>AMBIENTAL</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Áreas Aptas, aptas com Restrições e Inaptas (Áreas de Preservação Permanente, Declividades acima de 30%, áreas verdes significativas e unidades de conservação, Unidades de Terreno (MINEROPAR, 2004) e microbacias de abastecimento público de água.</li></ul>	<b>2.4</b> - Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos
<b>SOCIOESPACIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Uso e ocupação do solo (usos, terrenos vazios e ocupações irregulares);</li><li>Equipamentos comunitários (educação, saúde, cultura, esporte e lazer);</li><li>Infraestrutura de energia elétrica e saneamento (água e esgoto);</li><li>Infraestrutura viária (mobilidade, acessibilidade e arruamento/pavimentação);</li><li>Patrimônio e paisagem;</li><li>Inserção regional e intermunicipal.</li></ul>	<b>2.5</b> - Uso e Ocupação Atual do Solo <b>2.6</b> - Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas equipamentos e serviços públicos <b>2.7</b> - Uso e ocupação do solo atual x capacidades de suporte ambiental e de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos <b>2.8</b> - Expansão urbana x capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos <b>2.9</b> - Condições gerais de moradia e fundiárias <b>2.10</b> - Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana <b>2.11</b> - Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase regional <b>2.12</b> - Aglomeração urbana intermunicipal

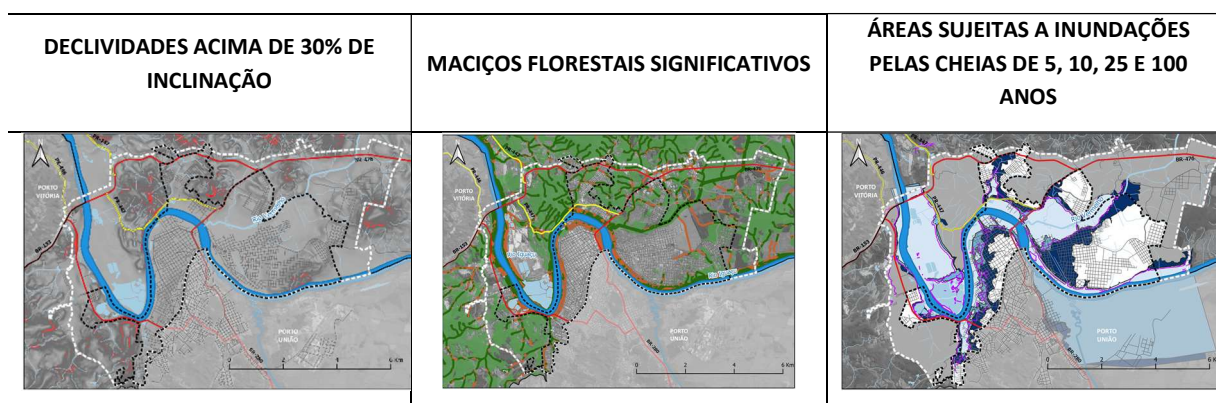
<sup>1</sup> Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável consiste em um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, para ser alcançado até 2030, propondo elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida das pessoas (CNM, 2016). Foi oficialmente elaborada por 193 Estados-membros das Nações Unidas, em setembro de 2015, durante a Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável.

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	COMPONENTES - SÍNTESE ANALISADOS	PRODUTOS
		<b>2.13</b> – Inserção urbana regional <b>2.14</b> – Patrimônio cultural e paisagem
<b>ECONÔMICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Crescimento populacional e demografia;</li> <li>▪ Emprego e renda</li> <li>▪ Distribuição do PIB e índice FIRJAN;</li> <li>▪ Capacidade de endividamento;</li> <li>▪ Gestão fiscal e finanças públicas.</li> </ul>	<b>2.6</b> - Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas equipamentos e serviços públicos <b>2.9</b> - Condições gerais de moradia e fundiárias <b>2.15</b> - Capacidade de investimento do município
<b>INSTITUCIONAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Planejamento e Gestão Urbana</li> <li>▪ Estruturação dos Órgãos de Aconselhamento e Fundos Municipais</li> </ul>	<b>2.3</b> - Planejamento e Gestão Urbana no Município <b>2.16</b> - Estrutura e Funcionamento dos Conselhos Municipais

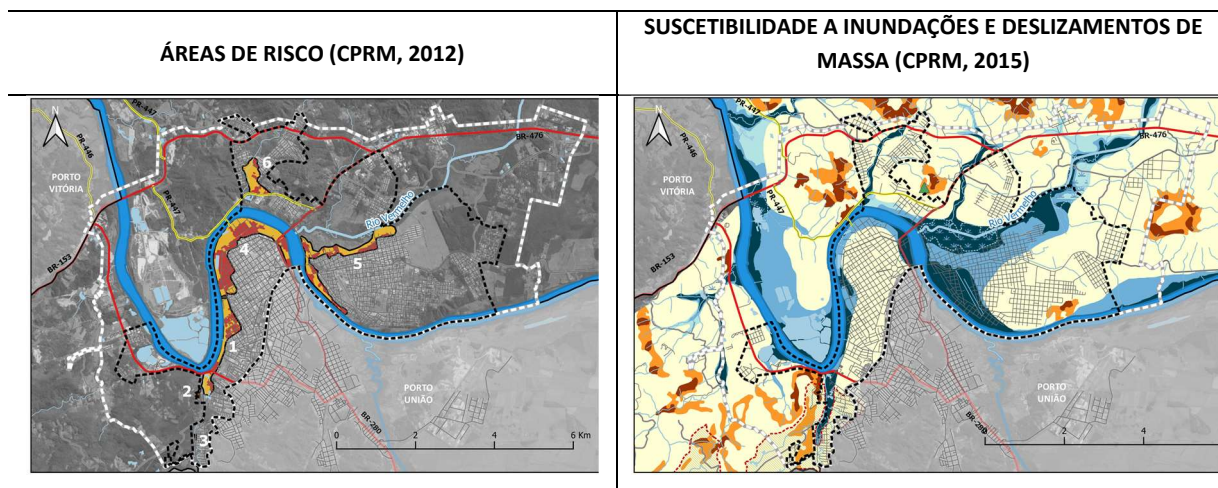
## 1.1. ASPECTOS AMBIENTAIS

A análise dos Aspectos Ambientais, explicitadas no Produto 2.4 (*Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos*), foi embasada a partir do cruzamento das principais restrições ambientais incidentes sobre a área municipal e urbana do município de União da Vitória, tais como: declividades; restrições hidrológicas (áreas de cheias do Rio Iguazu e seus afluentes, tendo em vista a cota mínima limite<sup>2</sup> para edificações urbanas - **747,82 m**; restrições por áreas verdes significativas (áreas de preservação permanente – APPs - e maciços florestais) e restrições geológico-geotécnicas (susceptibilidade a deslizamentos e inundações e áreas de risco levantadas pelo CPRM, 2012), como se pode verificar na **FIGURA 1**.

**FIGURA 1: RESTRIÇÕES AMBIENTAIS**



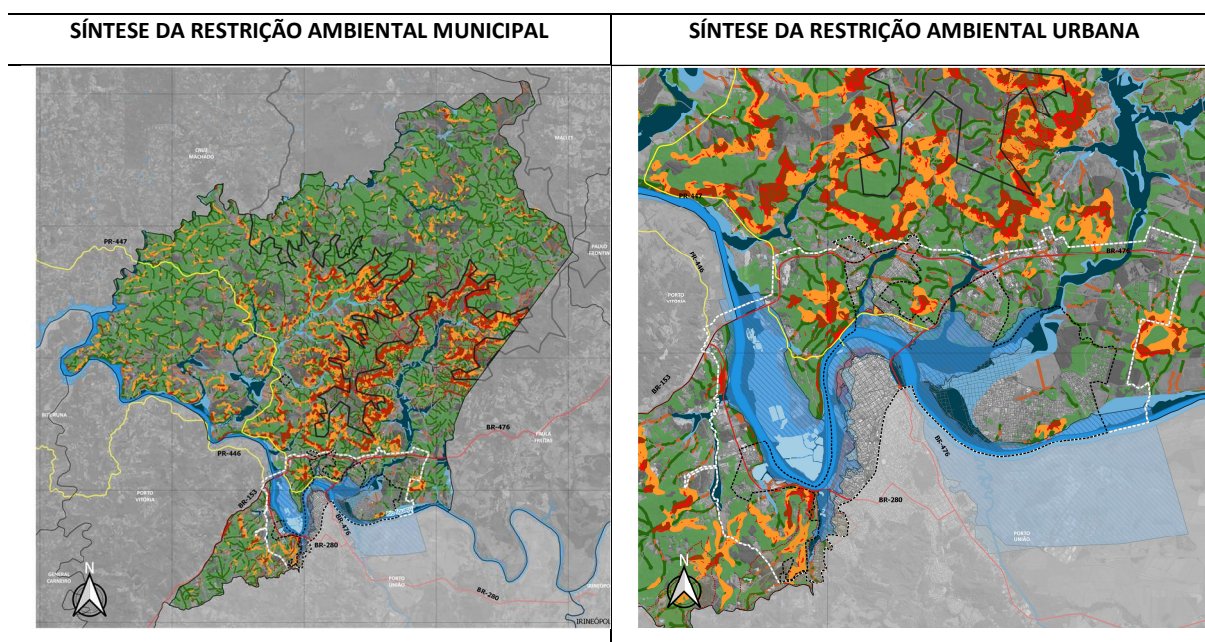
<sup>2</sup> Esta cota (747,82 metros), foi definida pelo PDM 2008, com base na cota estimada de retorno correspondente a 25 anos descrita no estudo de Tucci & Villanueva em 1997 “Controle de Enchentes de União da Vitória e Porto União”,



Fonte: Compilado por Tese Tecnologia de diversas fontes

A sobreposição dessas informações deu origem ao mapa síntese (Erro! Fonte de referência não encontrada.), e o cruzamento de ambas, por ferramentas de geoprocessamento resultou nas: **Áreas aptas**, **Áreas aptas com restrições** e **Áreas inaptas** ao uso e ocupação humana (FIGURA 3).

**FIGURA 2: SÍNTESE DOS ASPECTOS AMBIENTAIS**



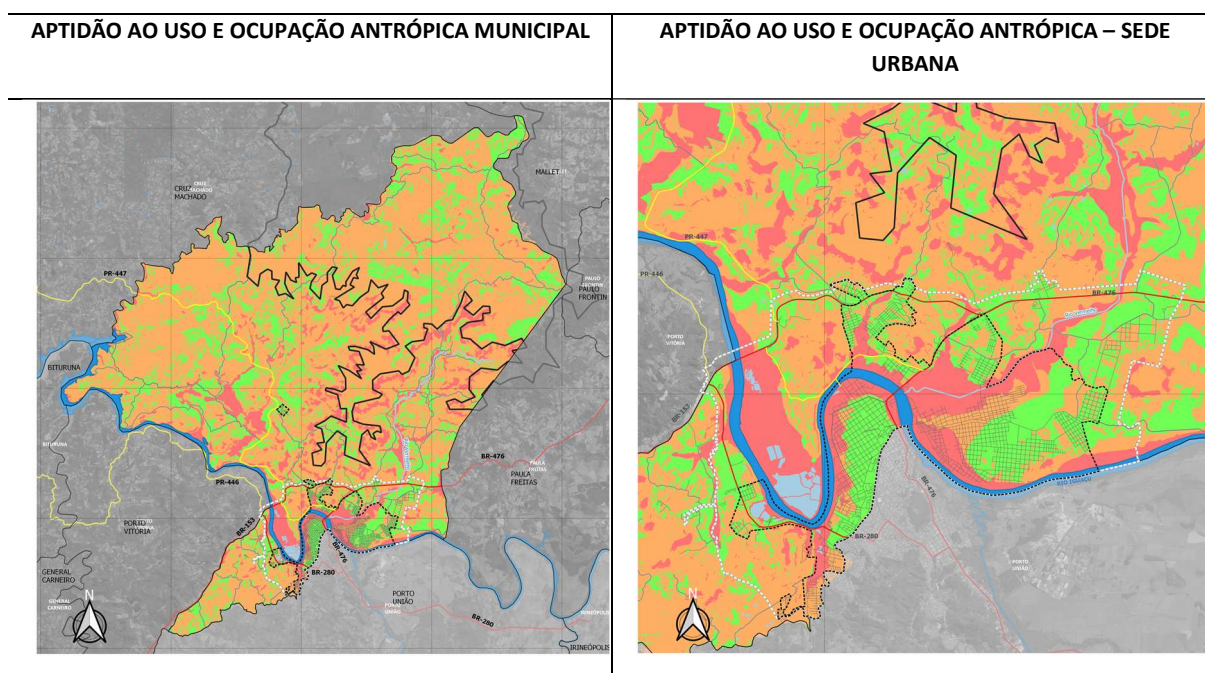
Fonte: Compilado por Tese Tecnologia de diversas fontes

As porções territoriais **aptas ao uso e ocupação antrópica** foram evidenciadas nas áreas à leste e centro-oeste do território municipal devido à pequena presença de maciços florestais, nascentes e de baixa declividade. Já as **áreas aptas com restrição** ocorrem em especial na porção norte do município, onde se encontra a APA da Serra da Esperança. As restrições se devem à presença de maciços florestais significativos e ao zoneamento específico da APA (Decreto Estadual nº 1.438/1995 - PARANÁ, 1995). As **áreas inaptas municipais** se concentram nas bordas dos espigões de topo plano da Serra da Esperança, próximas as nascentes do Rio

Vermelho e do Rio da Prata, devido às elevadas declividades, áreas com suscetibilidade a movimentos de massa e escorregamentos e a formação de um conjunto de cachoeiras.

A área urbana e peri-urbana, classificadas como **áreas aptas**, ocorrem principalmente na porção leste (próximo à divisa dos bairros Bento Munhoz da Rocha, São Braz, São Sebastião), a norte (Bairro Nossa Senhora das Graças) e a sudoeste (Bairro São Gabriel). O perímetro urbano da sede do Distrito de São Domingos teve resultado satisfatório com grande parte de área apta ao uso e ocupação antrópica. As áreas consideradas **aptas com restrições** no perímetro urbana e peri-urbano localizam-se principalmente nas porções norte (Bairros Dona Mercedes, São Joaquim, Cidade Jardim, Ouro Verde), a sul (Bairro Bela Vista e Rio D’Areia) e a leste (Bairros e São Braz). As restrições se dão em sua maioria devido à presença de maciços florestais, suscetibilidade média à ocorrência de inundações e deslizamentos e de declividade acentuada próxima das bases dos morros. Já as **áreas de inaptidão** ao uso e ocupação antrópica compreendem as áreas inundáveis do Rio Iguazu e seus principais afluentes na porção central (Bairros São Joaquim, Bom Jesus, Cidade Jardim, Navegantes, Ponte Nova, São Basílio Magno e Nossa Senhora do Rocio); as áreas alagadas permanentemente internas à malha urbana (entorno do Rio Vermelho) e as altas declividades com risco de deslizamentos (Bairros Bela Vista, Limeira e parte do São Braz), especialmente no entorno dos morros do Cristo, Dona Mercedes e Nossa Senhora das Vitórias. Também foram consideradas inaptas as Áreas de Preservação Permanente (APPs) de rios, nascentes e corpos d’água, conforme Lei Federal nº 12.651/2012 (BRASIL, 2012).

**FIGURA 3: APTIDÕES AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICA**



Fonte: Compilado por Tese Tecnologia de diversas fontes.

## 1.2. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

Os Aspectos Socioespaciais foram sintetizados a partir de dados relativos ao uso e ocupação do solo (usos, terrenos vazios, parcelamentos e ocupações irregulares); equipamentos comunitários (educação, saúde, cultura, esporte e lazer); infraestrutura de energia elétrica e saneamento (água, esgoto e coleta de resíduos sólidos) e de infraestrutura viária (mobilidade e acessibilidade urbana e regional); aglomerações urbanas intermunicipais; inserção urbana regional e patrimônio cultural e paisagem.

### 1.2.1. Uso e Ocupação do Solo

O **uso e ocupação do solo** de União da Vitória apresentado no Produto 2.5 (*Uso e Ocupação Atual do Solo*) em **escala municipal** apresenta grandes formações florestais preservadas (que representam mais de 60% do território). De maneira geral, há adequabilidade entre as ocupações existentes na área rural com as restrições físico-ambientais, dentre as quais, citam-se as Áreas de Preservação Permanente (APPs), a APA da Serra da Esperança, os remanescentes florestais e as áreas de elevadas declividades com suscetibilidade a movimentos de massa e escorregamentos. O macrozoneamento vigente define 7 (sete) zonas classificadas e espacializadas segundo as características e fragilidades do solo, bem como o uso e a intensidade adequada para cada porção do território municipal. Destaca-se o zoneamento estabelecido por legislações estadual para a unidade de conservação - APA da Serra da Esperança - que incide na porção central e centro-sul do território municipal, correspondendo a 34,6% do município.

O uso e ocupação do solo na **Sede urbana** é configurado, de maneira geral por edificações residenciais unifamiliares de até 04 pavimentos, havendo um núcleo central bastante consolidado onde há maior verticalização (que não excede 12 pavimentos). No tocante à evolução dos parcelamentos da cidade, verifica-se que se desenvolveu inicialmente na área da Sede, na margem esquerda do Rio Iguaçu. Posteriormente, houve intensificação da ocupação urbana na região de São Cristóvão, a leste da margem direita, direcionando parte do crescimento da cidade para esta porção. A partir de então, foram implantados e aprovados vários loteamentos nas direções norte e leste, porém, sem planejamento urbano, resultando em descontinuidade da malha urbana consolidada e ocupações de áreas sujeitas à inundação.

O perímetro urbano Sede é dividido em 9 (nove) zonas determinadas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 6/2012 – UNIÃO DA VITÓRIA, 2012). Verifica-se a necessidade de reavaliação dos índices urbanísticos, notadamente na Zona Urbana de Média Densidade (ZMD) e Zona Urbana de Alta Densidade (ZAD), de modo a se aproximar da realidade dos lotes já consolidados na região. Na ZMD são permitidas construções com até 6 pavimentos, mas a maior parte das edificações (casas e apartamentos) possui no máximo 3 pavimentos. Na ZAD, que é a região mais consolidada do município, a verticalização ainda é incipiente devido à presença de muitas casas e alguns lotes vazios esparsos, apresentando capacidade de suporte ao zoneamento vigente.

A delimitação física dos zoneamentos vigentes possui desenho irregular, com trechos sem demarcação de zona e extensas áreas de Zona de Preservação Ambiental (ZPA), especialmente em áreas que não são de preservação legalmente no perímetro peri-urbano, mas que estão inseridas na zona, limitando a ocupação, mesmo que de forma controlada devido aos seus parâmetros restritivos. Também não estão previstas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) futuras, para novas áreas de produção de moradia de interesse social, de modo a conformar estoque de áreas futuras.

No perímetro urbano da Sede os parques urbanos e parte das Áreas de Preservação Permanente (APPs) possuem rebatimento nos zoneamentos ZPA e ZUR, os quais definem parâmetros de controle e restrição à ocupação. Ressalta-se a necessidade da intensificação da fiscalização e ações que propiciem a preservação das matas ciliares dos rios, especialmente do Iguaçu e do Rio Vermelho, bem como a conservação das áreas verdes e parques urbanos.

Quanto às zonas industriais no perímetro Peri-urbano, faz-se necessária a ampliação, organização e redesenho de sua área, de modo a possibilitar a instalação de novos empreendimentos industriais e de serviços de modo a evitar os impedimentos atuais, causados pelas interrupções de ZPAs.

Com relação ao Distrito de São Domingos, este não possui Lei de Zoneamento definida. O adensamento populacional (considerando o horizonte de crescimento para os próximos 10 anos), seria comportado no perímetro atual, sem necessidade de ampliação.

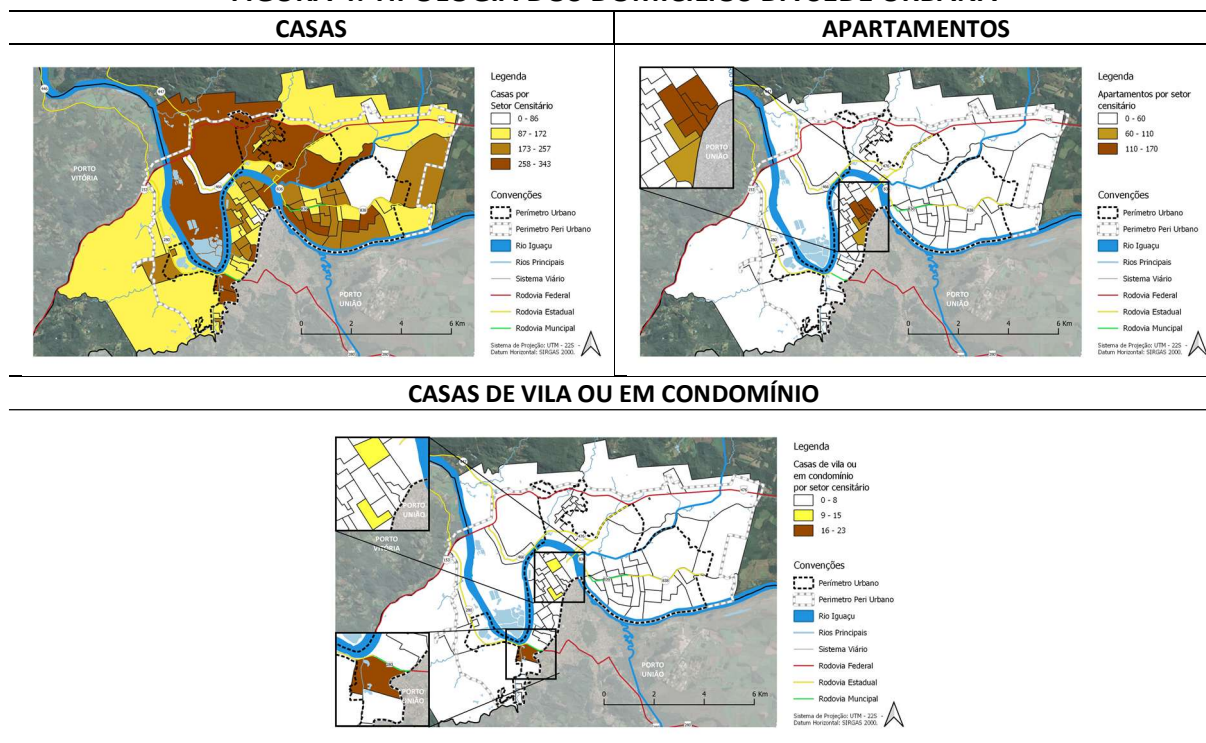
Os **vazios urbanos** da Sede urbana de União da Vitória (detalhados nos Produtos 2.5 e 2.8 *Expansão urbana x capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos*), referem-se a áreas que em sua grande maioria estão atualmente em zonas de preservação ambiental e de transição urbano-rural, geralmente esparsos e periféricos à malha urbana consolidada, em especial na região de São Cristóvão. Para a análise dos lotes esparsos procedeu-se à verificação da situação dos imóveis (lotes), com base no cadastro do IPTU de imóveis territoriais, os quais somaram cerca de 5.460 lotes vazios. Já para as grandes glebas vazias realizou-se a estimativa de áreas que resultou na capacidade aproximada de 9.070 lotes vazios. Assim, concluiu-se que a Sede urbana de União da Vitória apresenta o total de 14.530 lotes vazios. O crescimento populacional estimado, para os próximos 10 anos é de pouco mais de 5.000 pessoas. Portanto, a revisão do zoneamento deverá proceder aos ajustes necessários de modo a equilibrar o crescimento e desenvolvimento urbano de forma dinâmica e ordenada, uma vez que estes grandes vazios urbanos acabam dificultando a organização do tecido urbano e gerando gastos excessivos na implantação de infraestrutura urbana e serviços de transporte. Além disso, a presença dos vazios urbanos propicia ocupações irregulares e especulação imobiliária, à medida que ficam aguardando a valorização do preço da terra ao longo do tempo.

Conforme informações do Cadastro Técnico Municipal (2020), a municipalidade dispõe de 43 **loteamentos**, dos quais 38 são regulares (que totalizam 10.847 lotes) e 2 são irregulares e 3 não possuem informação no Cadastro Municipal. Ressalta-se que inexistente mapeamento

georreferenciado dos loteamentos instalados, o que desfavorece o controle territorial neste aspecto.

As **condições de moradia** da Sede urbana de União da Vitória predominantes, detalhadas no Produto 2.9 (*Condições gerais de moradia e fundiárias*), são de edificações unifamiliares residenciais do tipo “casa” (91%) em alvenaria e em boas condições de habitabilidade. No entanto, cerca de 2,08% dos domicílios urbanos (para o ano de 2020 nos distritos Sede e São Cristóvão) estão em condições de inabitabilidade, ou seja, precariedade na condição da moradia e no atendimento por infraestruturas e serviços. Estes referem-se a ocupações irregulares (invasões) que somam um total de 302 domicílios existentes em 01 (uma) “área de invasão ou favela” e 02 (duas) áreas de loteamentos irregulares<sup>3</sup>, quais sejam: Ocupação Irregular Limeira – Parte I (80 domicílios); Ocupação Irregular Limeira Parte II (112 domicílios); Loteamento Irregular Bela Vista (110 domicílios). Há previsão de que no município sejam implantados dois empreendimentos habitacionais, com estimativa de oferta de 157 lotes, pleiteados através de programas da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), ainda em 2021.

**FIGURA 4: TIPOLOGIA DOS DOMICÍLIOS DA SEDE URBANA**

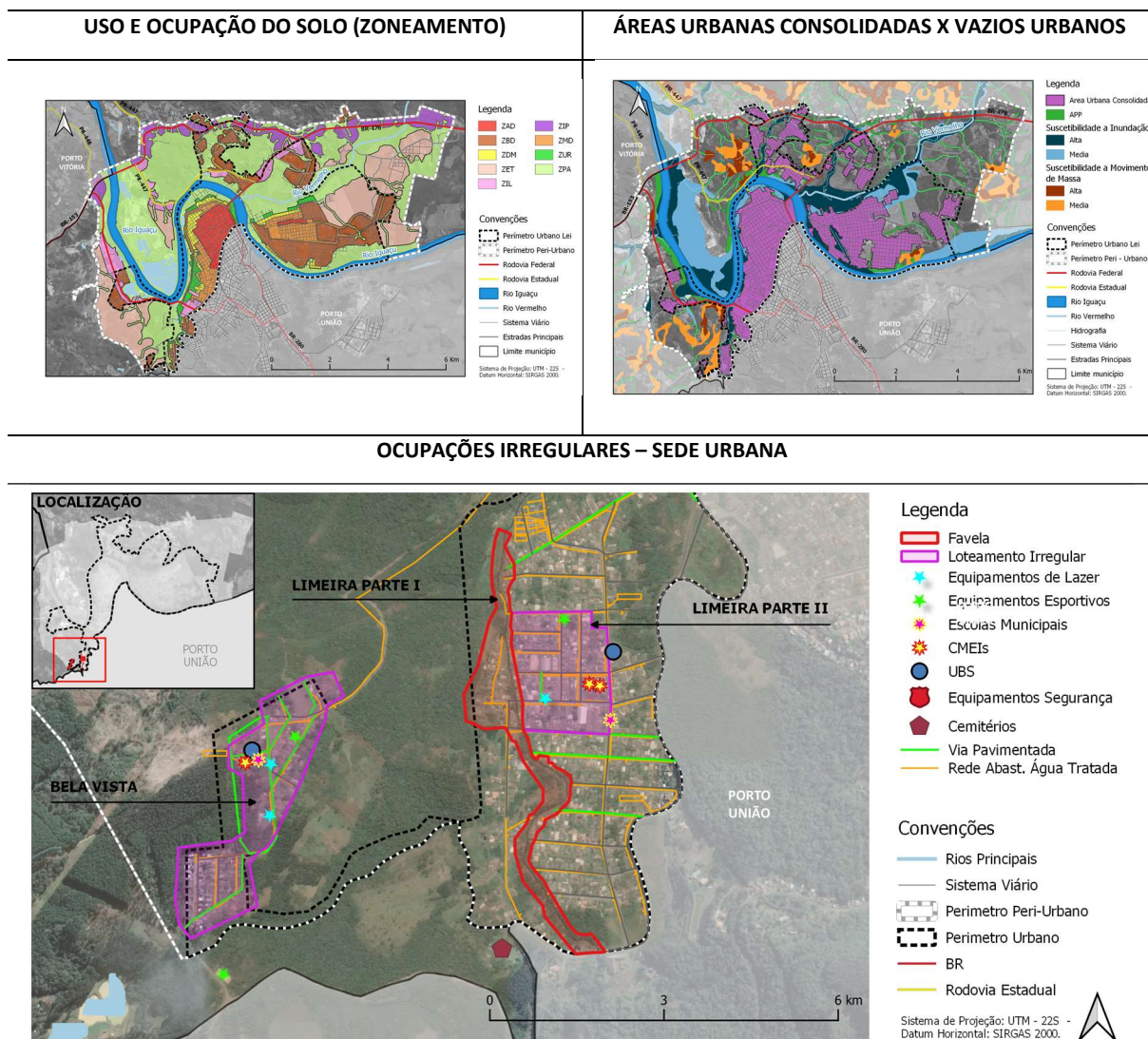


Fonte: IBGE, 2010.

<sup>3</sup> Ocupações irregulares são ocupações de loteamentos em condições irregulares.



**FIGURA 5: SÍNTESE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**



Fonte: COAHAPAR, 2020; Prefeitura Municipal, 2020. Elaboração TESE Tecnologia, 2021.

No Produto 2.7 (*Uso e ocupação do solo atual x capacidades de suporte ambiental e de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos*), foi abordada a **Capacidade de Suporte Antrópico** referindo-se às condições necessárias para o suporte territorial sustentável do desenvolvimento social, econômico e ambiental. Procedeu-se a uma metodologia específica que resultou na elaboração de uma matriz quali-quantitativa, através do agrupamento de dados e ponderações, de índices e classes avaliativas. Foram 05 (cinco) classes analisadas para cada tema e aferido um peso, sendo o peso 5 a maior pontuação (para a melhor situação avaliada) e o peso 1 a menor pontuação (para a pior situação avaliada). Diante do resultado da matriz foi possível concluir que o bairro São Bernardo foi o que apresentou a maior capacidade de suporte para o uso antrópico, seguido dos bairros Centro, Cristo Rei, Nossa Senhora do Rocio e São Brasília Magno. Por sua vez, o bairro com a menor capacidade de suporte antrópico foi o Dona Mercedes, seguido dos bairros Nossa Senhora das Graças, Ouro Verde, Ponte Nova, Bom Jesus e Bela Vista. Este cenário permitiu concluir que estes últimos

bairros foram os que apresentaram maior necessidade de gestão e investimentos públicos voltados a implementações e melhorias de infraestruturas de saneamento, viárias e de equipamentos comunitários.

**TABELA 1: MATRIZ AVALIATIVA DA CAPACIDADE DE SUPORTE ANTRÓPICO DOS BAIROS DA SEDE URBANA**

BAIRROS DA SEDE URBANA		DENSIDADE DEMOGRÁFICA	EQUIPAMENTOS EDUCAÇÃO	EQUIPAMENTOS SAÚDE	REDE DE ÁGUA	REDE DE ESGOTO	COLETA RESÍDUOS	ARRAUMENTO	APTIDÃO ANTRÓPICA	TOTAL
18	SÃO BERNARDO	3	5	5	5	5	5	5	3	36
4	CENTRO	2	3	5	5	5	5	5	5	35
6	CRISTO REI	3	5	5	5	4	5	4	3	34
12	NOSSA SENHORA DO ROCIO	4	5	5	5	3	5	4	3	34
17	SÃO BASÍLIO MAGNO	2	3	5	5	5	5	5	4	34
5	CIDADE JARDIM	3	3	5	5	5	5	5	2	33
20	SÃO GABRIEL	5	5	5	5	1	5	3	4	33
19	SÃO BRAZ	4	5	5	5	1	5	3	4	32
2	BENTO MUNHOZ	5	5	5	4	3	2	4	3	31
9	NAVEGANTES	4	2	3	5	5	5	5	2	31
10	NOSSA SENHORA DE SALETE	2	5	5	5	1	5	3	5	31
22	SÃO SEBASTIÃO	5	5	3	4	1	5	3	4	30
8	LIMEIRA	2	5	5	5	1	5	4	2	29
15	RIO D'AREIA	3	5	5	5	1	5	3	2	29
21	SÃO JOAQUIM	5	2	5	5	2	5	3	2	29
16	SAGRADA FAMÍLIA	3	5	5	5	1	5	3	1	28
1	BELA VISTA	5	5	5	1	1	2	5	3	27
3	BOM JESUS	5	2	3	5	1	5	2	3	26
14	PONTE NOVA	2	2	3	5	4	5	4	1	26
7	DONA MERCEDES	5	1	3	4	1	5	4	2	25
11	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	5	2	1	5	1	5	1	5	25
13	OURO VERDE	5	2	1	5	1	5	2	4	25

Fonte: TESE Tecnologia, 2020.

No Produto 2.8 (*Expansão urbana x capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos*) fez-se uma análise detalhada sobre as áreas não urbanizadas INTERNAS ao perímetro, ou seja, os vazios urbanos, chegando-se à quantificação de lotes vazios esparsos nos loteamentos aprovados e nas glebas não parceladas. Os bairros com maior número de lotes vagos, na primeira condição, foram o São Sebastião, seguido pelos bairros São Braz e Cristo Rei, enquanto as maiores glebas vazias (potenciais para parcelamento), encontram-se nos bairros São Braz, Bento Munhoz da Rocha, São Sebastião, São Gabriel, Bom Jesus, Dona Mercedes e Ouro Verde. Para a análise das possíveis expansões urbanas, EXTERNAS ao perímetro utilizou-se a mesma metodologia realizada no Produto 2.7, através de matriz quali-quantitativa, com agrupamento de dados e ponderações através de índices e classes avaliativas, o que resultou na qualificação empírica das direções prováveis para uma futura expansão. Conclui-se que a direção mais viável para uma possível expansão urbana, considerando tanto questões ambientais, antrópicas e também de viabilidade

econômica para investimentos, seria a direção Leste. As demais direções viáveis foram: a sudoeste (São Gabriel) e a noroeste (Dona Mercedes e Cristo Rei) as quais avançariam sobre áreas do atual perímetro peri-urbano. Já a direção menos viável seria a nordeste (Ouro Verde e Nossa Senhora das Graças), devido à grande necessidade em grandes investimentos. As direções onde não devem ocorrer ampliações de perímetro seriam no entorno do morro em Nossa Senhora das Vitórias/São Sebastião), nordeste (no entorno do Rio Vermelho), norte (região do Morro do Cristo), noroeste (região do morro Dona Mercedes), oeste (porção das cavas de exploração de areia no bairro Dona Mercedes) e sul (bairro Bela Vista), tendo em vista a inaptidão por fatores predominantemente ambientais, áreas inundáveis e sujeitas a deslizamento.

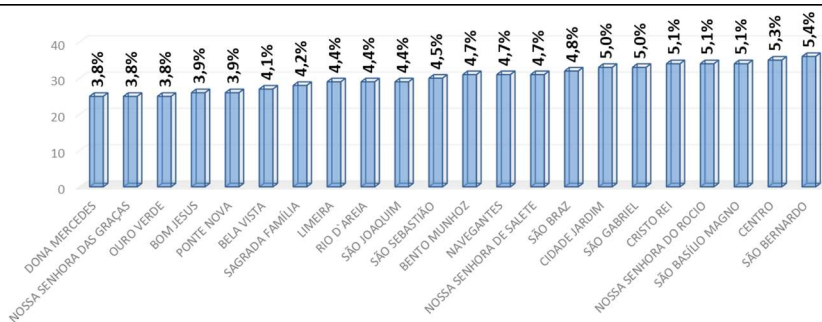
**TABELA 2: MATRIZ AVALIATIVA DAS ÁREAS CONTÍGUAS À MALHA URBANA CONSOLIDADA**

DIREÇÕES AVALIADAS	APTIDÃO DO SOLO	EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS	EQUIPAMENTOS SAÚDE	REDE DE ÁGUA	REDE DE ESGOTO	COLETA DE RESÍDUOS	ARRUAAMENTO	TOTAL
LESTE	4	5	3	5	3	5	4	29
SUDOESTE	5	5	5	5	1	5	3	29
NOROESTE	2	4	4	5	1	5	3	24
NORDESTE	3	3	1	4	1	5	3	20
SUL, NORTE E OESTE	Regiões inaptas							

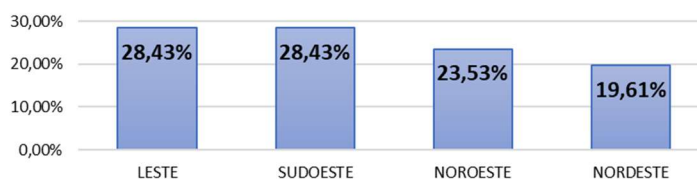
Fonte: TESE Tecnologia, 2020.

**FIGURA 6: SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS CAPACIDADES DE SUPORTE**

**RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE SUPORTE ANTRÓPICO DOS BAIRROS DA SEDE URBANA (Produto 2.7)**



**RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE SUPORTE DAS POSSÍVEIS ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA (Produto 2.8)**



Fonte: TESE Tecnologia, 2020.

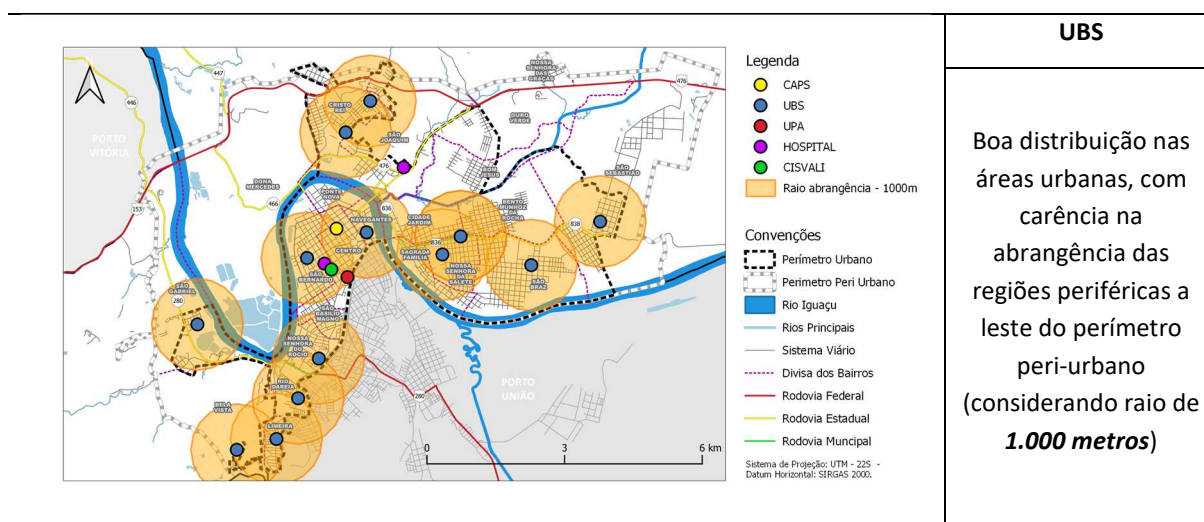
### 1.2.2. Equipamentos Comunitários

De acordo com o Produto 2.6 (*Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas equipamentos e serviços públicos*), quanto aos equipamentos de saúde, conforme Prefeitura Municipal (2020) há no município: 12 Unidades Básicas de Saúde (UBS) urbanas, 6 UBS Rurais, um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e os serviços complementares de apoio à saúde da Farmácia Municipal, Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica. As UBSs Padre Santo Mario Granzotto I (Sagrada Família) e Padre Santo Mario Granzotto II (Salete) compartilham da mesma infraestrutura física.

O município dispõe ainda de dois hospitais gerais, são eles: Hospital Regional de Caridade Nossa Sra. Aparecida, sob gestão indireta do Estado e vinculado ao Grupo São Camilo, com 78 leitos existentes, dos quais 58 são destinados ao SUS; e o Hospital APMI sob gestão estadual, com 100 leitos existentes, dos quais 61 são destinados ao SUS (CNES, 2021). Além dessas unidades, a municipalidade dispõe de 3 clínicas especializadas, 123 consultórios, 16 policlínicas e 22 unidades de serviço de apoio de diagnose e terapia que auxiliam no suprimento das demandas por servidões de saúde (IPARDES, 2019). Para os atendimentos especializados de média complexidade há o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu (CISVALI).

Conforme critérios de raios de abrangência para os equipamentos de saúde (considerando uma unidade para cada 3.000 habitantes e o raio de abrangência de 1.000 metros, em função do deslocamento dos usuários), nota-se a distribuição uniforme das UBSs na área urbana, resultando em boa acessibilidade às mesmas. No entanto, as áreas mais carentes são as regiões periféricas a leste do perímetro peri-urbano.

**FIGURA 7: SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**



Fonte: Prefeitura Municipal, 2020.

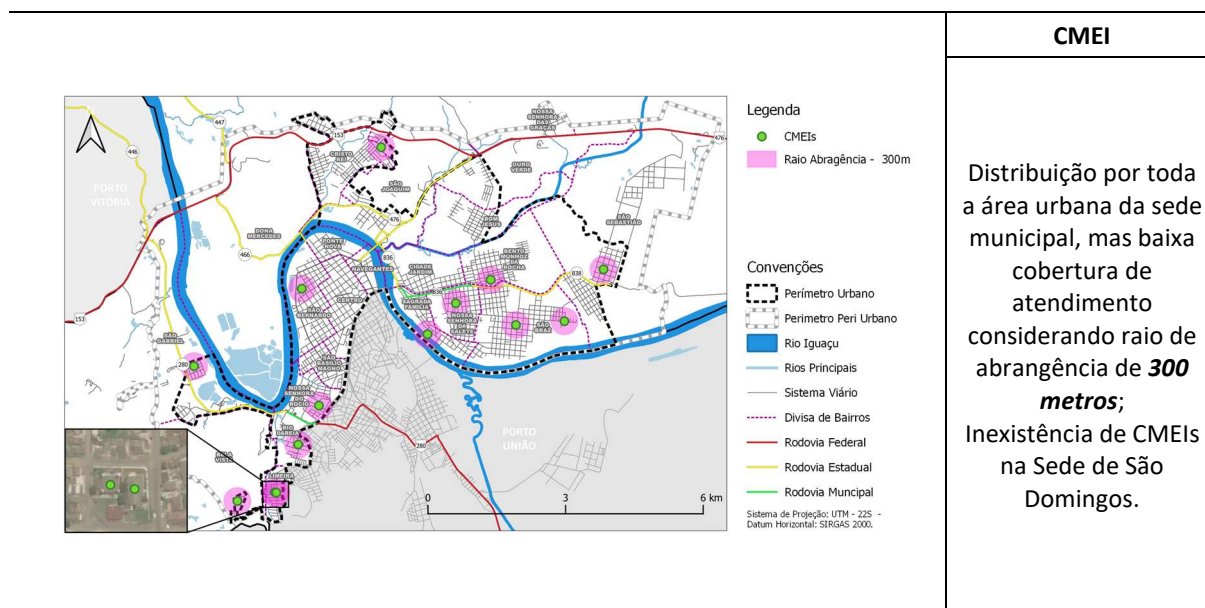
O sistema de Educação Básica de União da Vitória conta atualmente com 38 estabelecimentos de ensino municipal, 15 de ensino estadual e 11 de ensino particular. Dos 38 estabelecimentos, 3 estão localizados na área rural, sendo que em 2007 já atendiam as

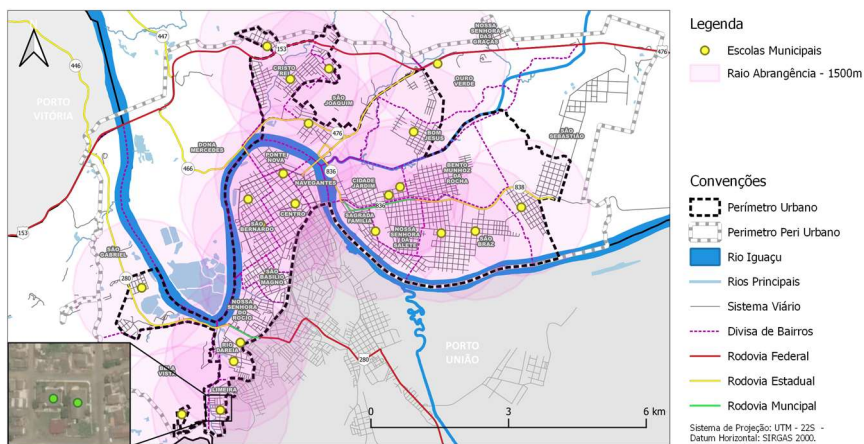
demandas existentes e localizavam-se em áreas com maior densidade populacional, complementando-se o atendimento da população por meio do transporte escolar (PDM 2008, pág. 152). Já a oferta de Ensino Superior é vinculada a 3 instituições que oferecem cursos de nível de graduação e pós-graduação, com caráter de abrangência regional, que atraem estudantes de outros municípios (Plano Municipal de Educação - PME 2018, pág. 39). São elas: Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); Centro Universitário da Cidade de União da Vitória (UNIUV) e Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU).

Conforme o PME 2018 as maiores demandas na oferta de estabelecimentos de ensino público estão ligadas à educação infantil (atendimento de crianças de 0 a 3 anos) e na oferta de estabelecimentos voltados à educação especial. O atendimento com melhor desempenho na oferta de educação é o dos anos iniciais do ensino fundamental, que contempla crianças da faixa etária de 6 a 10 anos (PME, 2018).

Com relação à análise por raios de abrangência (metodologia baseada em GOUVÊA, 2008), os Centros de Educação Infantil (CMEI), apesar de distribuídos por toda a área urbana, são insuficientes em diversos bairros, uma vez que sua cobertura deve considerar o raio de abrangência de 300 metros. As áreas com menor cobertura na educação infantil são as próximas à área central da Sede, as áreas a leste do perímetro peri-urbano e no perímetro urbano sede de São Domingos (onde não há CMEIs). As escolas municipais, cujo raio de abrangência considerado é de 1.500 metros, possuem distribuição territorial adequada, cobrindo todo o perímetro urbano da Sede, parte do perímetro peri-urbano e arredores da comunidade rural de Rio Vermelho. Os estabelecimentos estaduais de ensino também apresentam satisfatória distribuição territorial com descentralização, tendo em vista o raio de abrangência de 3.000 metros.

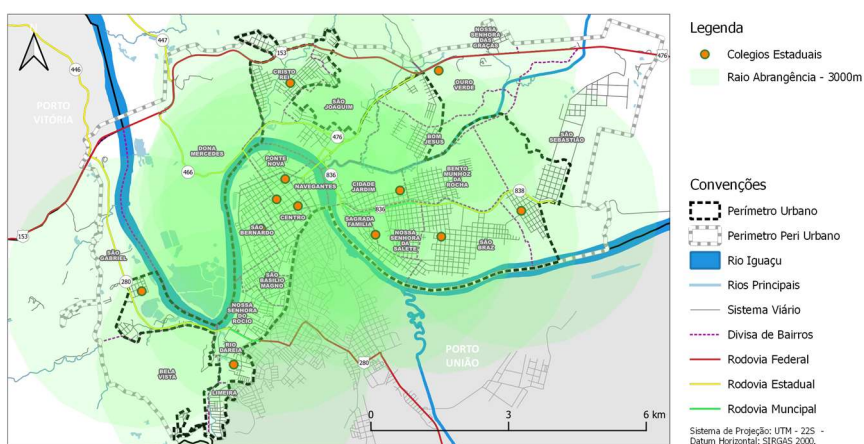
**FIGURA 8: SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO**





### ESCOLAS MUNICIPAIS

Distribuição e cobertura adequadas, considerando o raio de abrangência de **1.500 metros**; Existência do transporte escolar ampliando acesso nas áreas rurais.



### COLÉGIOS ESTADUAIS

Distribuição e cobertura adequadas, considerando o raio de abrangência de **3.000 metros**; Existência do transporte escolar ampliando acesso nas áreas rurais.

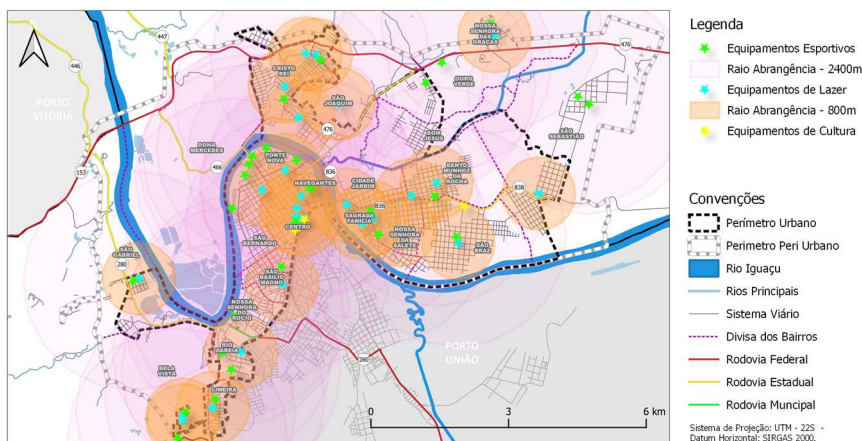
Fonte: Tese Tecnologia com base em Prefeitura Municipal, 2020.

No tocante ao **esporte**, União da Vitória conta com 2 estádios municipais, 3 ginásios de esportes, 3 campos suíços, 6 minis arenas, 6 quadras de futebol de areia, 4 quadras de vôlei de areia, 1 rampa de skate, 1 pista de skate, 1 quadra de basquete e 10 academias ao ar livre. No município há o total de 37 equipamentos esportivos. Nota-se que os raios de abrangência dos equipamentos esportivos também contemplam parte da área urbana do município de Porto União, enfatizando o caráter de atrativo regional destes equipamentos. Para o **lazer**, União da Vitória conta com pequenas praças distribuídas nos bairros e o “Parque Ambiental/Parque Linear” ao longo das margens do Rio Iguaçu. Conforme os critérios de Romanini (2007) para análise da cobertura dos equipamentos de esporte (raio 2.400 metros) e dos equipamentos de lazer (800 metros), União da Vitória apresenta bom desempenho contemplando toda a área urbana, com a distribuição de equipamentos esportivos de pequeno porte e pequenas praças espalhadas nos bairros e estabelecimentos de maior porte próximos ao Centro.

Os equipamentos de **cultura** estão concentrados na área central da Sede municipal, cuja localização é estratégica, devido à continuidade urbana com o município de Porto União com maior abrangência dos atrativos culturais para os dois municípios, em especial àqueles com

bens tombados, preservados e utilizados com fins culturais (Estação de União e Cineteatro Luz). Entretanto, ainda há carência em equipamentos culturais de pequeno porte, tais como pontos de leitura espalhados pelos bairros.

**FIGURA 9: SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER, ESPORTE E CULTURA**



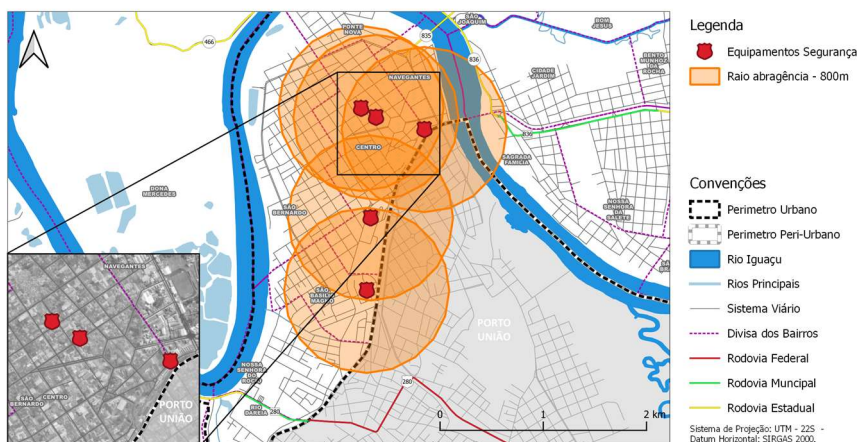
**LAZER, ESPORTE E CULTURA**

Distribuição e atendimento adequados considerando raio de abrangência de **800 metros para lazer e 2.400 metros para esportes**; Carência em equipamentos de cultura de pequeno porte nos bairros.

Fonte: Prefeitura Municipal, 2020.

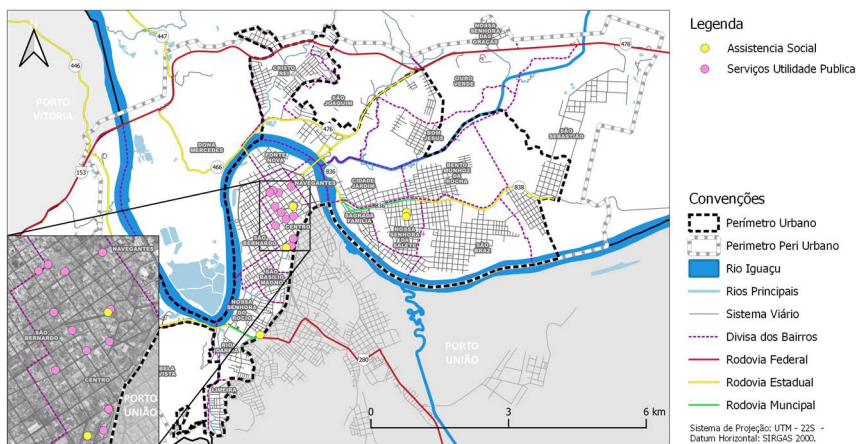
Quanto aos equipamentos de **segurança**, evidencia-se sua concentração na área central da Sede, com baixa cobertura da área urbana e dificuldade na acessibilidade da população dos bairros periféricos ao centro (raio de 800 metros considerando acessibilidade caminhável). Referente aos equipamentos de **assistência social** destaca-se a diversidade no atendimento, assim como a sua distribuição nos bairros. Os equipamentos de **atendimento ao cidadão** se encontram estrategicamente na área central da Sede e os de **assistência funerária** são difusos na área urbana e área rural.

**FIGURA 10: SÍNTESE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATENDIMENTO AO CIDADÃO**



**SEGURANÇA**

Concentrados na área central da Sede urbana, com baixa cobertura nos bairros; Precariedade no acesso caminhável para a população mais afastada do Centro (**raio de cobertura de 800 metros**)



**ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATENDIMENTO AO CIDADÃO**

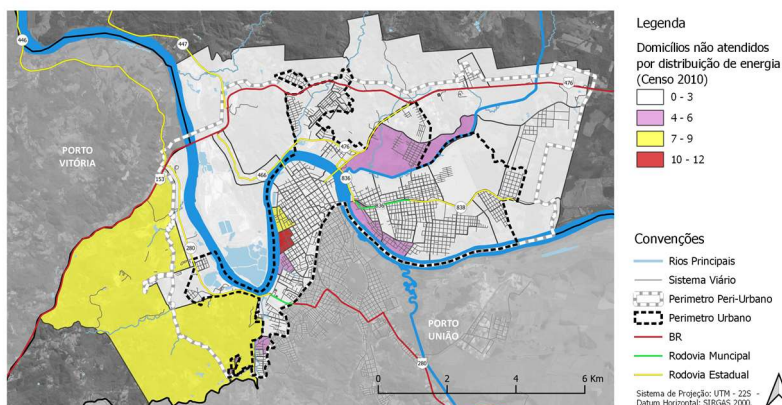
Equipamentos de atendimento ao cidadão localizados estrategicamente na área central; Equipamentos de assistência social existentes nos bairros e área central, difundindo acesso.

Fonte: Prefeitura Municipal, 2020.

**1.2.3. Serviços Urbanos de Energia Elétrica e Saneamento**

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) é responsável pela concessão do serviço de distribuição de **energia elétrica** em União da Vitória. De maneira geral, o atendimento por energia elétrica no município é bastante satisfatório. O conjunto elétrico de União da Vitória apresenta continuidade na distribuição próxima à média dos demais conjuntos elétricos atendidos pela COPEL e conforme ANEEL (2019), com o índice de Frequência Equivalente de Interrupção Total (FECTOT) igual a 10, pouco acima da FECTOT da média dos demais conjuntos elétricos no mesmo ano. Entretanto, a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DECTOT), foi igual a 32,2 em 2019, o dobro da média geral das demais unidades consumidoras (16,2). Em 2019 o consumo energético total de União da Vitória foi de 174.492 Mwh, sendo os maiores consumidores a categoria residencial, seguido pela categoria comercial e industrial (IPARDES, 2019). Conforme o Censo 2010, apenas 1% dos domicílios não era atendido por energia elétrica (nos bairros São Bernardo, São Brasília Magno, Nossa Senhora do Rocio, Sagrada Família e Bom Jesus).

**FIGURA 11: SÍNTESE DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**



**ENERGIA**

Bom desempenho no **atendimento e distribuição**, contemplando **99%** dos domicílios urbanos (estimativa 2020 com base no Censo 2010); **Principais ameaças à capacidade do atendimento**: Duração das interrupções no fornecimento acima da média de outros conjuntos elétricos.

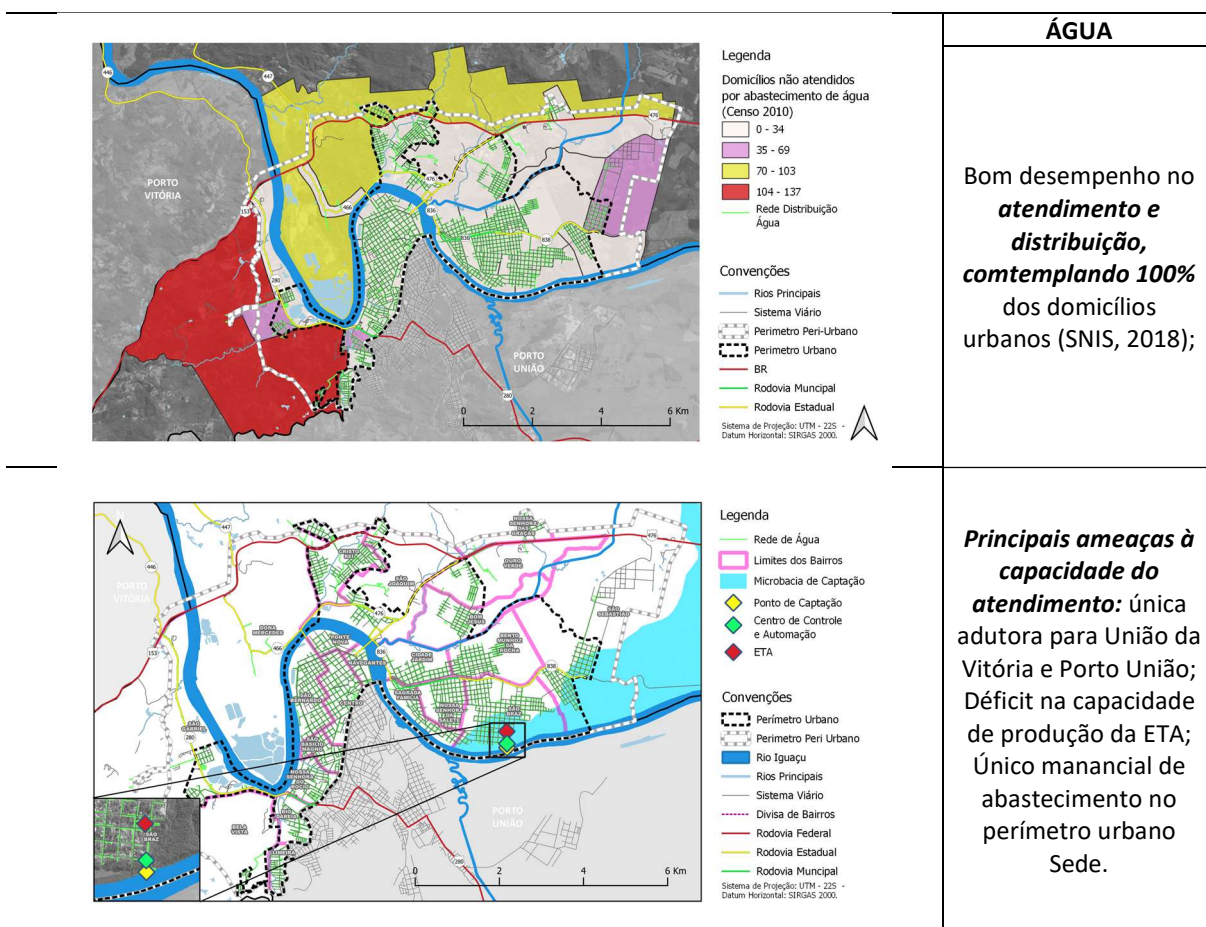
Fonte: IBGE, 2010. ANEEL, 2019. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.



A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) é concessionária do serviço de **abastecimento de água e esgotamento sanitário**. Conforme o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2020), a área urbana do município é abastecida por manancial superficial do Rio Iguaçu e, no distrito de São Domingos e área rural, a captação de água potável é feita através de poços e minas. A Estação de Tratamento de Água (ETA) em operação em União da Vitória está localizada no bairro São Braz e capta água por uma única adutora para União da Vitória e Porto União. Conforme o PMSB 2020, há falta d'água em algumas residências por conta da demanda ser maior que a capacidade de produção da atual ETA.

Em 2010, 95% dos domicílios urbanos eram atendidos por abastecimento de água (IBGE, 2010) e em 2018 houve um crescimento em 5%, ano em que 100% dos domicílios urbanos estiveram atendidos (SNIS, 2018). O maior número de ligações é da categoria residencial, seguida pela categoria comercial (IPARDES, 2019). A extensão da rede de abastecimento de água é de 355,84 km (PMSB, 2020). Apesar da satisfatória cobertura na área urbana, o serviço de abastecimento de água é suscetível a ameaças, especialmente por ter apenas o Rio Iguaçu como fonte de captação e possuir uma única adutora que atende tanto União da Vitória quanto Porto União. Na área rural o abastecimento de água apresenta carências e precariedade nos registros de poços e fontes de abastecimento (PMSB, 2020).

**FIGURA 12: SÍNTESE DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**



Fonte: IBGE, 2010; SNIS, 2018; PMSB, 2020; Prefeitura Municipal, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

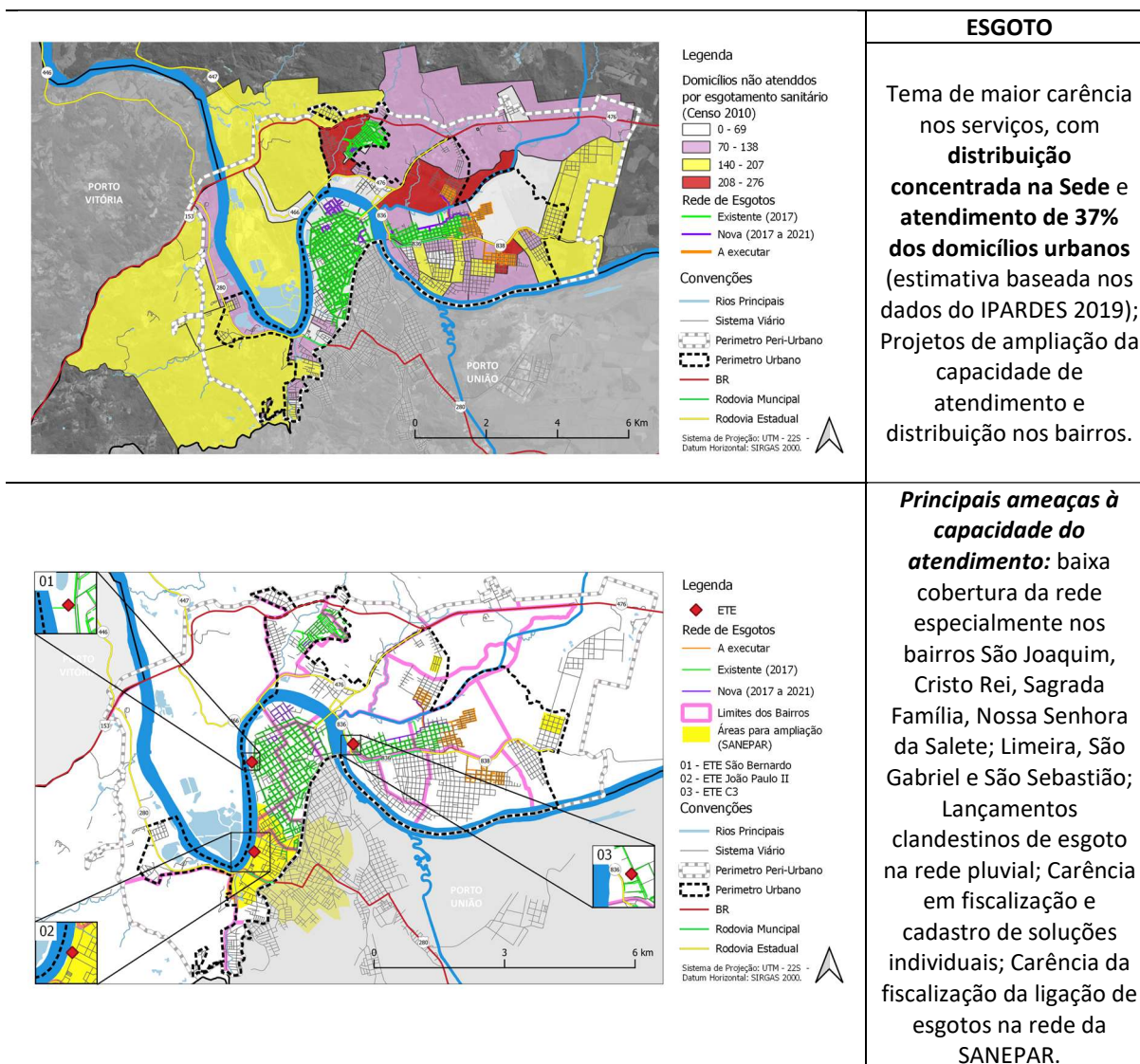
O serviço de **esgotamento sanitário** é de concessão da SANEPAR e conta com 3 Estações de Tratamento (ETEs), estando uma delas em construção. Conforme PMSB 2020, a rede de tratamento de União da Vitória e Porto União é integrada (sendo que 840 m<sup>3</sup> de esgotamento sanitário de Porto União são enviados diretamente para a ETE de São Bernardo, em União da Vitória). A rede coletora é restrita à área urbana e na área rural é utilizado o sistema de tratamento individual (fossas sépticas), em função de inviabilidade técnico-econômica e ambiental para implantação de sistema público de coleta (PMSB, 2013, pág. 24).

O maior número de ligações à rede coletora de esgoto no ano de 2019 foi de residências, seguida das unidades comerciais (IPARDES, 2019). A maior concentração da rede coletora de esgoto encontra-se nos bairros próximos ao Centro (na Sede), nos bairros Cidade Jardim e Bento Munhoz da Rocha (no distrito de São Cristóvão) e no bairro Cristo Rei. No distrito de São Domingos os demais bairros apresentam baixa cobertura neste serviço. Conforme dados do Censo 2010 projetados para 2019, haveria nesse ano, 10.531 domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial, sendo que desses apenas 6.263 domicílios estariam ligados à rede de esgotamento sanitário (IPARDES, 2019). Ou seja, a diferença de 4.263 estaria ligada à rede pluvial, cujo quantitativo é alarmante representando 24,75% dos domicílios estimados para o mesmo ano.

Em contraponto, o cenário atual corrobora à mudança deste panorama, evidenciando-se as ampliações na rede coletora existente que no ano de 2014 possuía 87,51 km de extensão e em 2021 conta com 113,013 km de extensão (PMSB, 2020). Neste sentido, salientam-se as ampliações já realizadas ou em andamento (ocorridas entre 2017 e 2021), na rede dos bairros Ponte Nova, São Bernardo, Navegantes, Centro, Cidade Jardim e Bento Munhoz da Rocha, bairro que é contemplado nos projetos de ampliação a executar juntamente com os bairros São Braz e Bom Jesus (nos quais o atendimento ainda é precário). A SANEPAR já prevê áreas de futuras ampliações que foram licitadas a partir de 2020, contemplando regiões dos bairros São Brasília Magno, Nossa Senhora do Rocio, Rio D'Areia, São Gabriel, São Sebastião e Ouro Verde. Assim, as áreas em perímetro urbano que ainda apresentam carência e não possuem projeto de ampliação ou área licitada para implementação de novas redes se encontram especialmente nos bairros São Joaquim, Cristo Rei, Sagrada Família, Nossa Senhora da Salete, e Limeira. Destaca-se ainda que no bairro São Gabriel a área prevista para implantação de rede não abrange a área ocupada e em São Sebastião a área prevista para implementação de rede não cobre inteiramente a área ocupada.

Ainda conforme o PMSB 2020, não há fiscalização quanto à instalação de caixas de gordura nas residências, bem como limpeza das mesmas, assim como não ocorre fiscalização da ligação de esgoto das residências na rede da SANEPAR. A ampla utilização de fossas sépticas ou outras formas de tratamento individual de esgoto ocorre em área urbana não coberta por rede de esgotos, bem como na área rural, sendo que tais soluções apresentam carência em cadastro, fiscalização, manutenção e limpeza (PMSB, 2020).

**FIGURA 13: SÍNTESE DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**



Fonte: IBGE, 2010; SNIS, 2018; PMSB, 2020; Prefeitura Municipal, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

A **coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos orgânicos e não recicláveis** é realizada pela empresa Coleta e Industrialização de Resíduos Ltda. (CRI). Já a execução de serviços de operação, manutenção e monitoramento ambiental do aterro sanitário do município é realizada pela empresa LimpaTur Limpeza Urbana Ltda. A coleta de resíduos sólidos é independente em União da Vitória e Porto União, sendo que cada município possui seu próprio aterro sanitário.

Os serviços de **coleta seletiva** são realizados pela Cooperativa de Trabalho dos Agentes Ecológicos (COOPERTRAGE) e os materiais recicláveis/reutilizáveis são doados pelo Município para a realização da triagem e processamento pelas associações de catadores de recicláveis COOPERTRAGE e a Associação dos Recicladores e Coletores de Recicláveis do Vale do Iguaçu (ARCREVI). Conforme PMSB 2020 há necessidade de melhorias nas centrais de triagem operadas pela COOPERTRAGE e ARCREVI, além da realização de ações conjuntas entre as duas

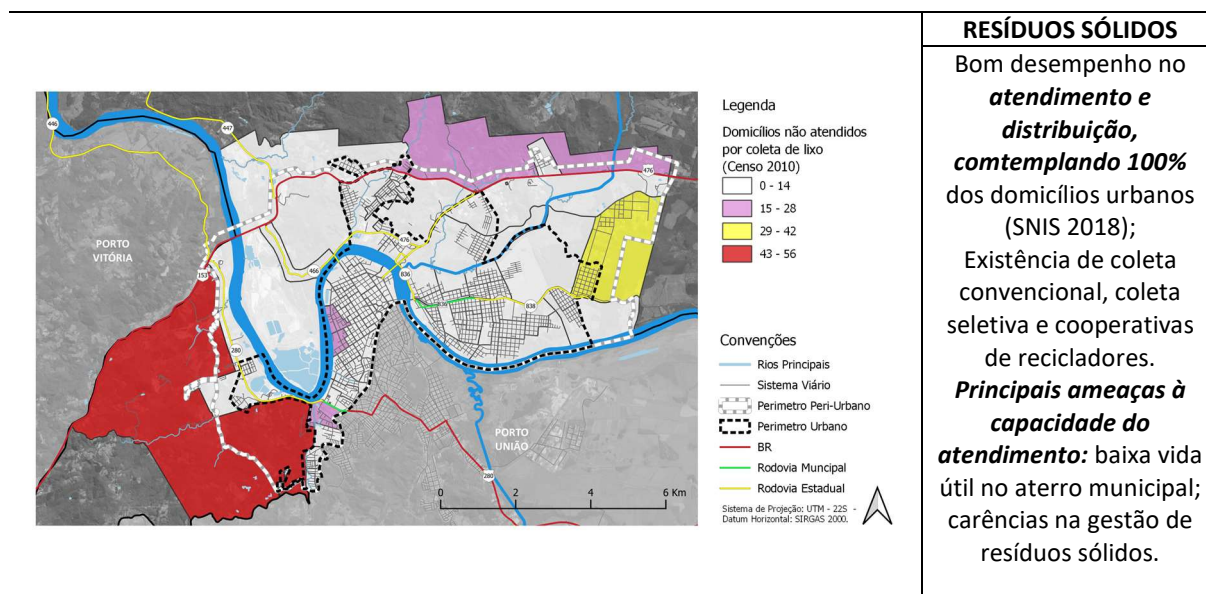
cooperativas para a inserção de catadores autônomos nas cooperativas. Tais fatores fortalecem a existência de locais irregulares para triagem de materiais recicláveis.

Em relação à disposição dos resíduos sólidos, em 2020 foi concluído o projeto de ampliação do aterro sanitário pela empresa Habitat Ecológico LTDA., cuja capacidade estava esgotada. No entanto, sua vida útil ainda é pequena, devido à escassa área disponível para futuras ampliações (PMSB 2020). Em 2017 foi cadastrado no SNIS o Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Ecovale, que atende empresas privadas da região e é licenciado para recebimento de resíduos classe II, auxiliando no suprimento das demandas.

Tais fatos evidenciam carência na gestão de resíduos no município, tornando o serviço suscetível à falta de controle na produção de grandes geradores (fortalecida pela não exigência de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos) e falta de controle de geração dos resíduos de logística reversa. Além disso há déficit quanto às despesas do manejo, necessitando de revisão da taxa de coleta de lixo vinculada ao IPTU e que não cobre as despesas do sistema (PMSB, 2020).

Referente à cobertura no atendimento do serviço de coleta de resíduos sólidos, no ano de 2018, ressalta-se que 100% da população da área urbana era contemplada (SNIS, 2018).

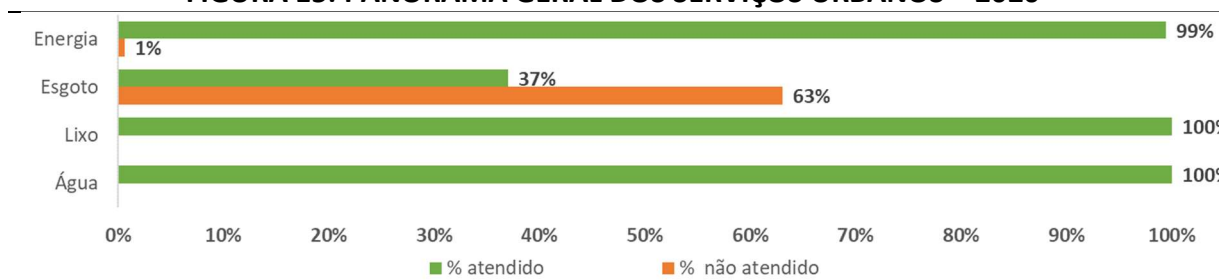
**FIGURA 14: SÍNTESE DO SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**



Fonte: IBGE, 2010; SNIS, 2018; PMSB, 2020; Prefeitura Municipal, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Conforme já foi evidenciado nas análises anteriores, a maior carência na capacidade de atendimento e distribuição dos serviços urbanos é o esgotamento sanitário, no entanto o município realizou projetos de ampliação na infraestrutura existente no interstício de 2013 a 2020. As demais infraestruturas possuem bom desempenho no atendimento e distribuição nas áreas urbanas, conforme ilustra o gráfico da **FIGURA 15**, mas mesmo assim carecem em fortalecimento institucional de sua gestão, especialmente no que tange a cadastramento e fiscalização.

**FIGURA 15: PANORAMA GERAL DOS SERVIÇOS URBANOS – 2020**



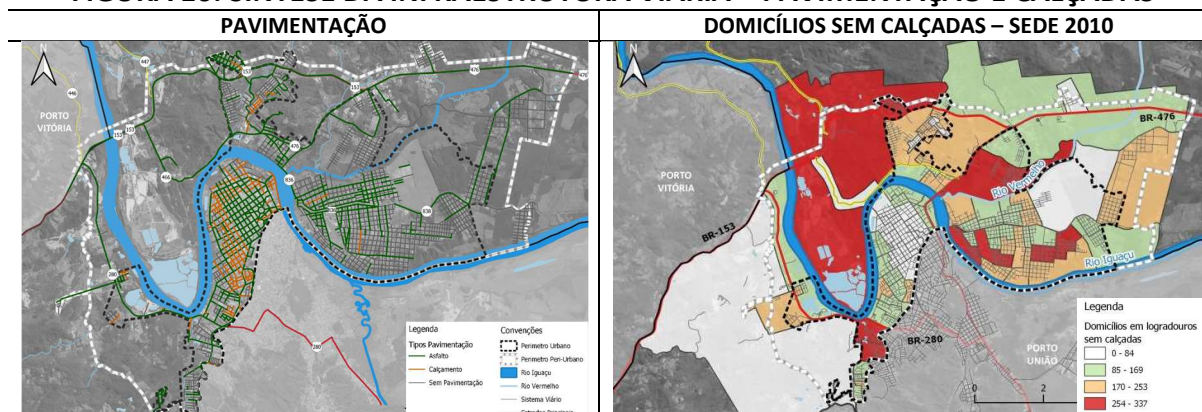
Fonte: IBGE, 2010; IPARDES, 2019. Elaboração Tese Tecnologia, 2020.

### 1.2.4. Infraestrutura Viária - Mobilidade e Acessibilidade

De acordo com o exposto no Produto 2.6 (*Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos*), a pavimentação das vias urbanas de União da Vitória se concentra principalmente na área central (Ferradura) e nos bairros Bento Munhoz da Rocha, Nossa Senhora de Salete e Sagrada Família (São Cristóvão). As ampliações da pavimentação de vias após o PDM 2008 ocorreram especialmente nos bairros Cidade Jardim, Bento Munhoz e Nossa Senhora de Salete. O recobrimento asfáltico contempla 38,24% das vias urbanas, seguido da pavimentação em pedras poliédricas que abrange 7,46% das vias urbanas, totalizando em 45,7% de vias pavimentadas (173,91 km) (**FIGURA 16**). Sendo assim, ainda há 206,66 km de vias urbanas não pavimentadas que estão localizadas especialmente nos bairros Cristo Rei (São Domingos), Bom Jesus, São Braz e São Sebastião (em São Cristóvão). É importante salientar que as ruas pavimentadas em área urbana correspondem estrategicamente àquelas com função relevante na distribuição do fluxo no sistema viário, em especial aquelas que fazem parte das rotas do transporte coletivo.

As calçadas para pedestres se concentram na porção central da Sede urbana e no restante das áreas em perímetro urbano apresentam carência. A estimativa para o ano de 2020 é de cerca de 69% de domicílios sem calçadas para pedestres (**FIGURA 16**). Neste aspecto, ressalta-se também a carência em rampas para cadeirantes generalizada nas áreas urbanas na Sede, em São Cristóvão e São Domingos.

**FIGURA 16: SÍNTESE DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA – PAVIMENTAÇÃO E CALÇADAS**



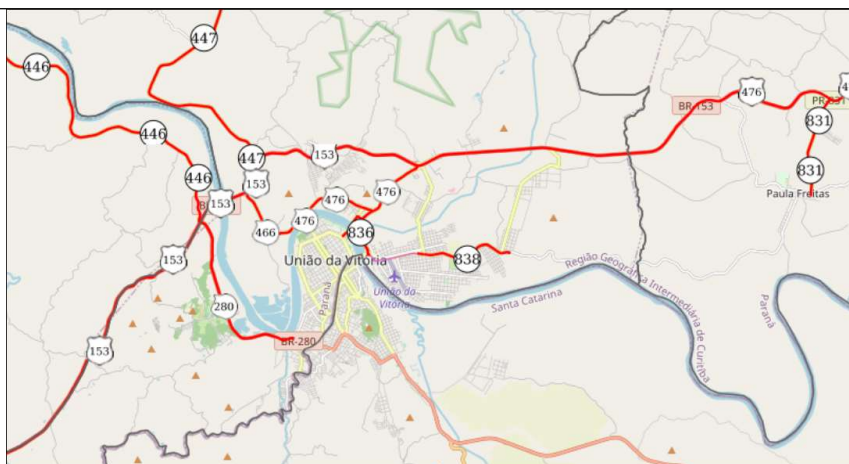
Fonte: PMUV, 2021 e IBGE, 2010.

Conforme demonstrado no Produto 2.10 (*Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana*) e Produto 2.11 (*Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase regional*), o sistema viário básico de União da Vitória é composto por vias Expressas, Arteriais, Coletoras e Locais, determinadas na Lei Municipal nº 07/2012. As vias urbanas são marcadas pela regularidade ortogonal especialmente na área central (Ferradura) possuindo trechos regulares e menos ortogonais em São Cristóvão. A porção sul (bairros Nossa Senhora do Rocio, Rio D'Areia, Limeira e Bela Vista) e norte (Cristo Rei e São Joaquim) são as mais irregulares e compartimentadas, condicionadas aos loteamentos antigos implantados e à topografia.

Na escala municipal destaca-se o importante entroncamento rodoviário desempenhando o papel de conexão intermunicipal e escoamento da produção, visto que a ferrovia São Paulo – Rio Grande e a hidrovía do Rio Iguaçu já não estão mais em funcionamento e o aeroporto Municipal José Cleto atende apenas aeronaves de pequeno porte. As rodovias existentes no município são:

- **BR-476 (Rodovia do Xisto):** principal rodovia, que interliga com São Mateus do Sul, Lapa e Araucária, conectando também com rodovias que dão acesso a Irati e Palmeira;
- **BR-153:** Rodovia que a norte se conecta com Paulo de Frontin, e a sul com General Carneiro, Palmas e ao norte de Santa Catarina;
- **PR-466 / PR-476:** Conecta a BR-476 e a BR-153, passando pela área urbana de União da Vitória;
- **PR-160:** uma ligação para Paulo de Frontin;
- **PR-446:** Rodovia que liga com Porto Vitória;
- **PR-447:** Rodovia que conecta com Cruz Machado;
- **PR-836 / MUN-836 / PR-838:** Antiga estrada conectando com Paula Freitas, paralela à ferrovia desativada, interna a área urbana de União da Vitória;
- **PR-280 / MUN-280 / SC-280 / BR-280:** Rodovias que conectam com Porto União, Canoinhas e diversas cidades do norte catarinense e com Caçador através da SC-135.

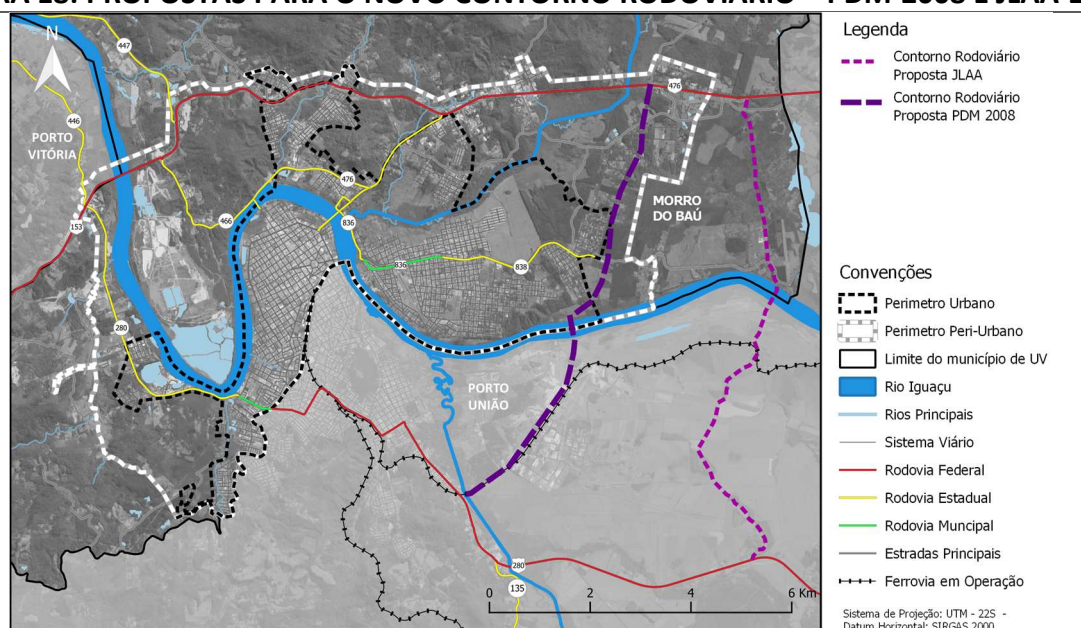
**FIGURA 17: SÍNTESE DA MOBILIDADE REGIONAL**



Fonte: DER-PR Portal de Mapas, 2021 (<http://sider.der.pr.gov.br/mapainterativo/webgis/map#>)

Merece destaque o estudo realizado pelo escritório Jaime Lerner (JLAA, 2019), cuja concepção baseia-se em um macrodesenho de estruturação urbana, incluindo implementação de novo Contorno Viário. A proposta para o Contorno Viário já existia no PDM 2008, entretanto, a localização do traçado do estudo de 2019 difere como demonstra a **FIGURA 18**, podendo ser mais onerosa do que a proposta de 2008 por sua inserção se dar mais a leste do perímetro peri-urbano (após o Morro do Baú), onde não há nenhuma infraestrutura instalada, além de incidir sobre a área de contribuição da microbacia de captação de água, sendo uma potencial geradora de impacto ambiental negativo, aumentando o risco de contaminação do manancial de água potável do município.

**FIGURA 18: PROPOSTAS PARA O NOVO CONTORNO RODOVIÁRIO – PDM-2008 E JLAA-2019**



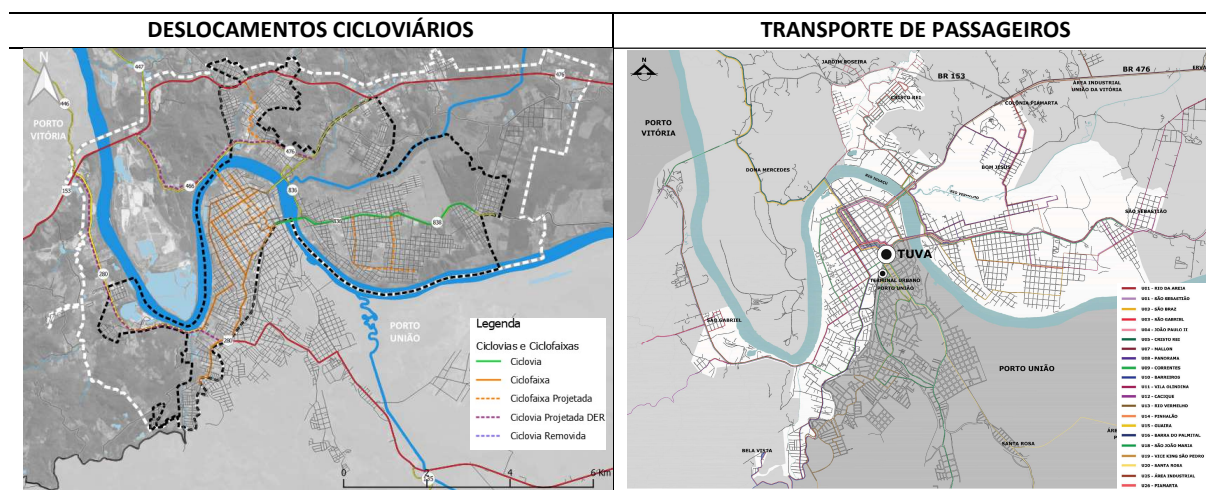
Fonte: PDM, 2008; JLAA, 2019. Elaborado por Tese Tecnologia, 2021.

Quanto às ciclovias, o município dispõe na sede urbana, da ciclovias localizada no canteiro central entre a Avenida Ailton de Souza Naves e a Paula Freitas. No restante da área urbana há 5 trechos de ciclofaixas (8,50km), com previsão de implantação de mais 10 trechos (16,70km), além de dois trechos de ciclovias paralelas a PR-280 e a PR-476 (12,04km). Devido a área urbana possuir diversos trajetos com características favoráveis ao deslocamento de bicicleta (predomínio de topografia pouco acentuada, abaixo de 10%; distâncias próximas entre o centro e os bairros, até 5 km e a adesão significativa da população local a este modo de transporte), vislumbra-se melhorias na infraestrutura e na malha cicloviária, de modo a potencializá-las.

O transporte público de passageiros é operado pela empresa Transportes Coletivos Iguaçu - TCI transportes, composto por 22 linhas, sendo 14 delas de circulação urbana, 5 de circulação rural e 3 são linhas urbanas de Porto União que circulam no centro de União da Vitória. Todas as linhas passam pelo centro em direção ao Terminal de Transporte de União da Vitória (TUVA).

A cidade conta com o aeroporto Municipal José Cleto, localizado no bairro de São Cristóvão, administrado pela Prefeitura Municipal, o qual atende apenas aeronaves de pequeno porte. Não opera com linhas regulares, nem instrumentos e sem operação no período noturno. A região pleiteia um segundo aeroporto com maior capacidade e que atue com voos comerciais regulares, no intuito de atrair grandes empresários e atender a população local (CREA-PR, 2016).

**FIGURA 19: SÍNTESE DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA – MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE**



Fonte: PMUV, 2021 e IBGE, 2010.

### 1.2.5. Inserção regional e aglomeração intermunicipal

A Região Geográfica Imediata de União da Vitória (RGI-UV) (**FIGURA 20**) é composta por municípios pequenos que dependem do polo para serviços urbanos como educação superior e atendimentos de saúde de baixa e média complexidade. A cidade de União da Vitória também concentra os serviços públicos estaduais e federais na região. No contexto estadual, a região tem importância histórica, pela Guerra do Contestado, que resultou na divisão da cidade de Porto União da Vitória (que ficava no Paraná) em duas, União da Vitória (PR) e Porto União (SC).

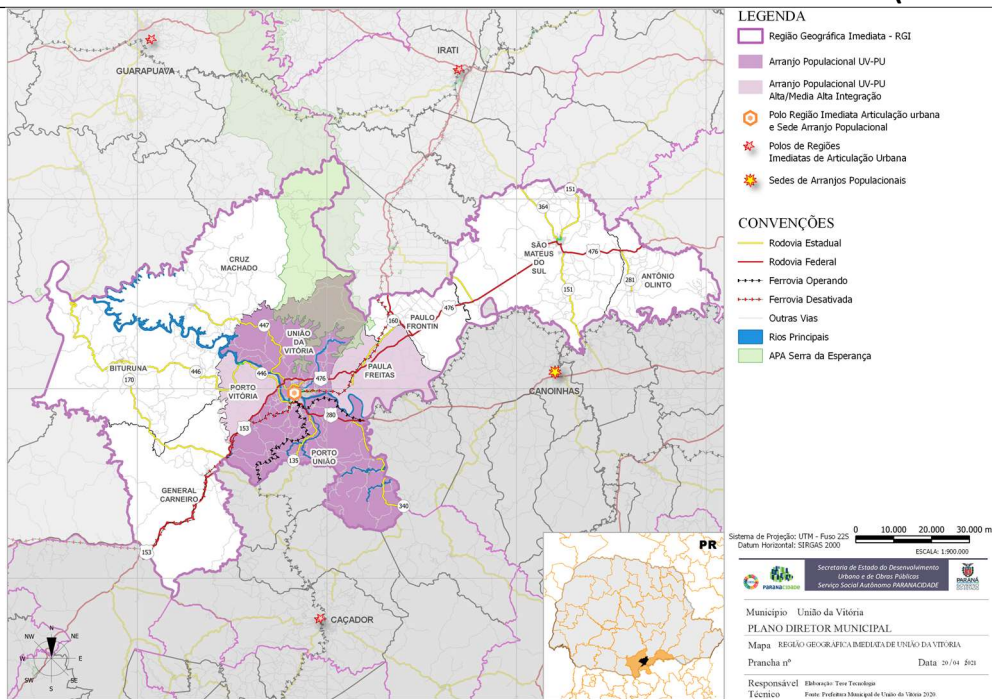
A madeira foi responsável pela criação de um Arranjo Produtivo Local (APL) que na primeira década do século XXI apresentou bons resultados na conjugação de esforços de indústrias existentes e das associações comerciais de União da Vitória e Porto União. Entretanto, com a crise econômica a partir de 2015, as atividades do APL foram paralisadas. Hoje a região busca outras formas de fomentar a economia, e tem expectativa de fortalecer o turismo.

União da Vitória está localizada na divisa entre o segundo e o terceiro planaltos paranaenses, na Serra da Esperança (**FIGURA 21**). A topografia e as riquezas naturais da região, em especial o rio Iguaçu e diversas cachoeiras, são potencialidades a serem exploradas pelo setor com a criação da 15ª Região Turística do Paraná.



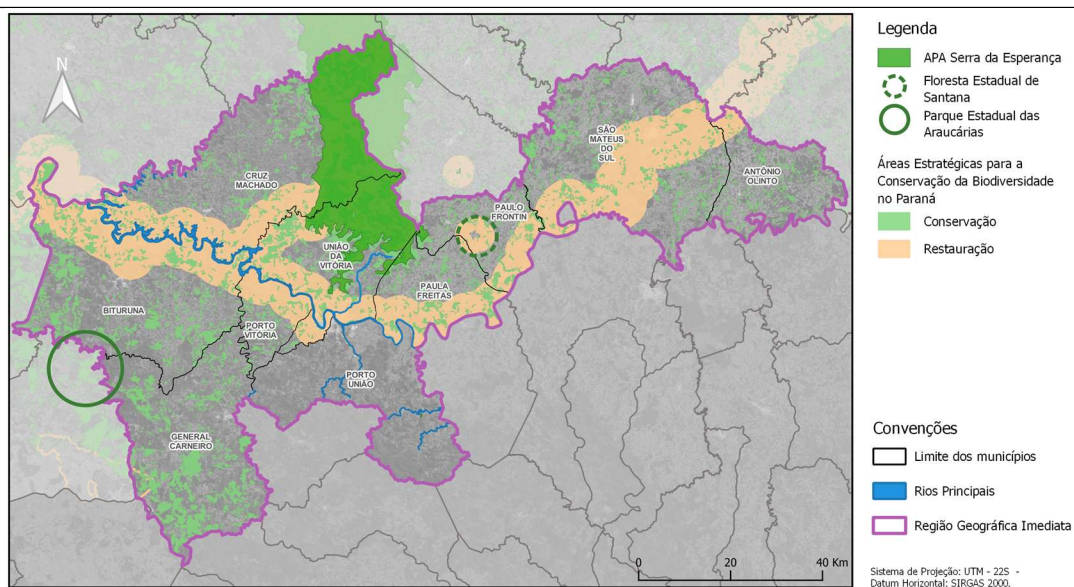
É importante fortalecer a economia da Região, para evitar o êxodo de população para cidades maiores, uma vez que já existe boa parcela da população em condições de vulnerabilidade social.

**FIGURA 20: REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE UNIÃO DA VITÓRIA (RGI-UV)**



Fonte: Elaborado por Tese Tecnologia, 2021.

**FIGURA 21: CONDICIONANTES AMBIENTAIS DOS MUNICÍPIOS DA RGI-UV**

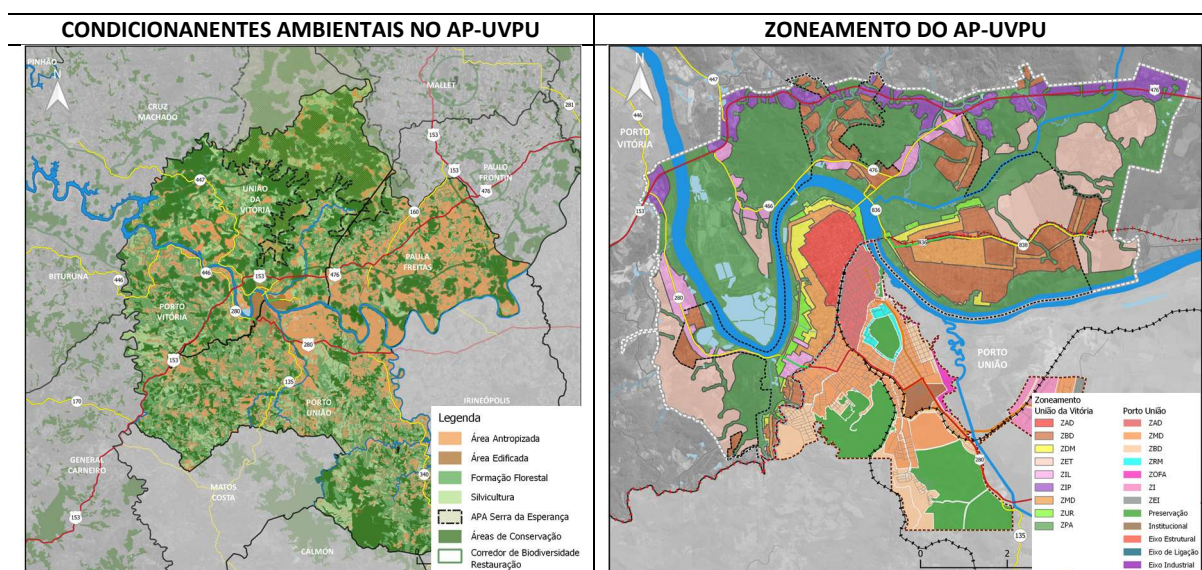


Fonte: Elaborado por Tese Tecnologia, 2021.

A formação histórica do Arranjo Populacional de União da Vitória e Porto União (AP-UVPU) e as características ambientais da região exercem grande influência na morfologia urbana e

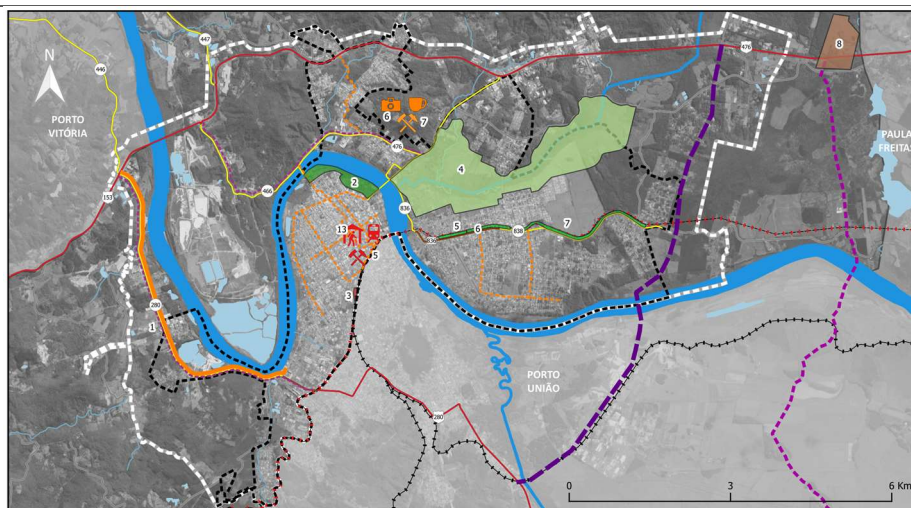
integração socioeconômica de ambos os municípios, conforme demonstrado no Produto 2.12 (*Agglomeração Urbana Intermunicipal*) e **FIGURA 22**. Ferrovia, relevo e alagamentos são os principais estruturadores da ocupação do território, evidenciando a influência que a altimetria (cotas) exerce no planejamento urbano sustentável da região. A integração física e os frequentes deslocamentos evidenciam que os dois municípios são usufruídos pelos seus cidadãos como sendo uma única cidade. Assim, vislumbram-se possibilidades de projetos futuros indutores de desenvolvimento do arranjo populacional (AP-UVPU) (**FIGURA 23**).

**FIGURA 22: SÍNTESE DA AGLOMERAÇÃO URBANA INTERMUNICIPAL**



Fonte: FDBS, 2013; IAT, 2009; Lei Complementar nº 6/2012 (União da Vitória); Lei Complementar Municipal Nº 39/2020 (Porto União). Elaborado por Tese Tecnologia, 2021.

**FIGURA 23: SÍNTESE DOS PROJETOS FUTUROS INDUTORES DE DESENVOLVIMENTO**



- |  |   |   |
|--|---|---|
| <p><b>Legenda</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1 - Ciclovia Uniguçu</li> <li>2 - Parque Ambiental</li> <li>3 - Centro de Eventos e Mercado Municipal</li> <li>4 - Parque do Rio Vermelho</li> <li>5 - Parque Linear Amelio Roveda - Trecho 1</li> <li>6 - Parque Linear Amelio Roveda - Trecho 2</li> <li>7 - Parque Linear Amelio Roveda - Trecho 3</li> <li>8 - Parque Industrial</li> <li>AMSULPAR - Região Turística do Sul do Paraná</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Revitalização da Estação União e Passeio da Maria Fumaça 310</li> <li>Café e Mirante do Morro do Cristo</li> <li>Reforma da Escadaria do Morro do Cristo</li> <li>Ciclofaixa Projetada</li> <li>Ciclovia Projetada DER</li> <li>Contorno Rodoviário - Proposta JLA</li> <li>Contorno Rodoviário - Proposta PDM 2008</li> </ul> | <p><b>Convenções</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Perímetro Urbano</li> <li>Perímetro Peri-Urbano</li> <li>Limite município</li> <li>Rio Iguaçu</li> <li>Rios Principais</li> <li>Sistema Viário</li> <li>Ferrovia Desativada</li> <li>Ferrovia Em Operação</li> <li>Rod. Estadual</li> <li>Rod. Federal</li> <li>Rod. Municipal</li> </ul> |
|--|---|---|
- Sistema de Projeção: UTM - 22S - Datum Horizontal: SIRGAS 2000.

### 1.2.6. Patrimônio Cultural e Paisagem

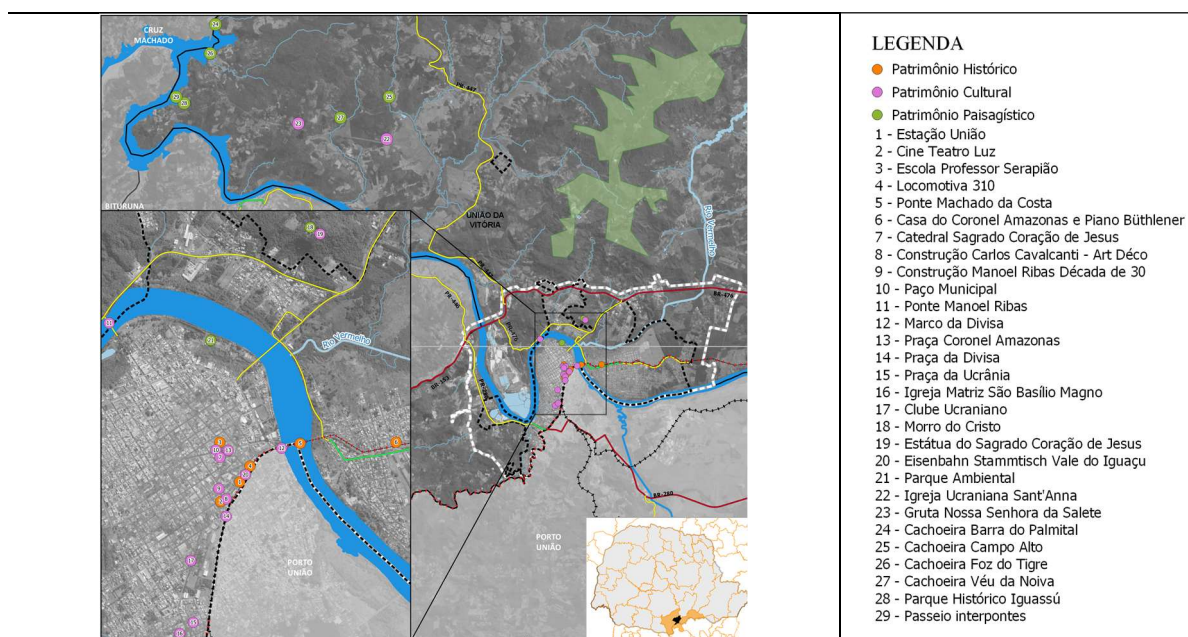
Conforme exposto no Produto 2.14 (*Patrimônio Cultural e Paisagem*), evidenciam-se no município importantes e diversificados **atrativos culturais, históricos, artísticos e paisagísticos (naturais)**, além de diversas atividades desenvolvidas como festas, encontros e festivais. Destacam-se também os patrimônios tombados em âmbito estadual e municipal (**FIGURA 24 e FIGURA 25**).

**FIGURA 24: SÍNTESE DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PAISAGEM**



Fonte: PMUV, 2021 e IBGE, 2010.

**FIGURA 25: LOCALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PAISAGEM**



Fonte: PMUV, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Apesar de todo o interesse no desenvolvimento da atividade turística, da necessidade de diversificação da economia e da existência de instituições organizadas como a Associação de Turismo e Meio Ambiente (ATEMA), verifica-se a insuficiência de infraestrutura e estruturas físicas para dar suporte ao desenvolvimento do segmento, além do baixo nível de investimentos na divulgação dos atributos turísticos e do próprio município de União da Vitória para o mercado estadual e nacional. Ainda, há necessidade da atualização do Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal, o qual data de 2001, de modo a contemplar o inventário atualizado de todas as potencialidades paisagísticas e atratividades turísticas, bem como da implementação de infraestruturas de suporte, tais como: acessos viários adequados aos atrativos, sinalizações, informativos, rede de hospedagem e alimentação, dentre outros.

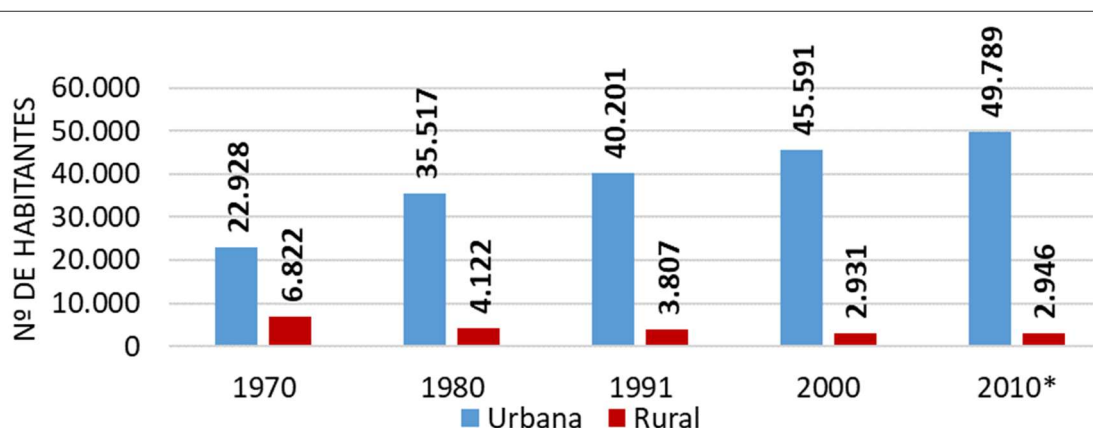
### 1.3. ASPECTOS ECONÔMICOS

Este item sistematiza os Aspectos Socioeconômicos abordados nos Produtos 2.6, Produto 2.9 e Produto 2.15 (*Capacidade de investimento do município*), referindo-se aos temas: crescimento populacional e demografia; emprego e renda; distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) e índice FIRJAN de gestão fiscal (IFGF), capacidade de endividamento e finanças públicas.

#### 1.3.1. Crescimento Populacional e Demografia

União da Vitória integra a Mesorregião Geográfica Sudeste Paranaense, de acordo com a Lei Estadual nº 15.825/08 (PARANÁ, 2008) e a Microrregião Geográfica União da Vitória distante 239km da capital Curitiba. É o município mais populoso da sua Microrregião e o 32º no estado do Paraná, segundo o IBGE (2010), com população estimada para o ano de 2020 de **57.913 habitantes**, sendo predominantemente urbano, com apenas 6% dos habitantes (3.235) na área rural (estimativas com base no Censo 2010 e estimativas da população IBGE 2020).

Entre a década de 1970 e 1980, União da Vitória apresentou seu maior crescimento demográfico, que pode ser atrelado às dinâmicas populacionais da região que ocorreram graças ao longo período entre 1940 e 1980 sem cheias significativas. Após este período o crescimento médio das décadas seguintes foi inferior a 10%.

**FIGURA 26: GRÁFICO DA DINÂMICA POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA**

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, 2019.

**Observação**

\* Para determinação da população urbana de 2010 considerou-se a população residente em setores censitários de situação urbana do Censo Demográfico 2010.

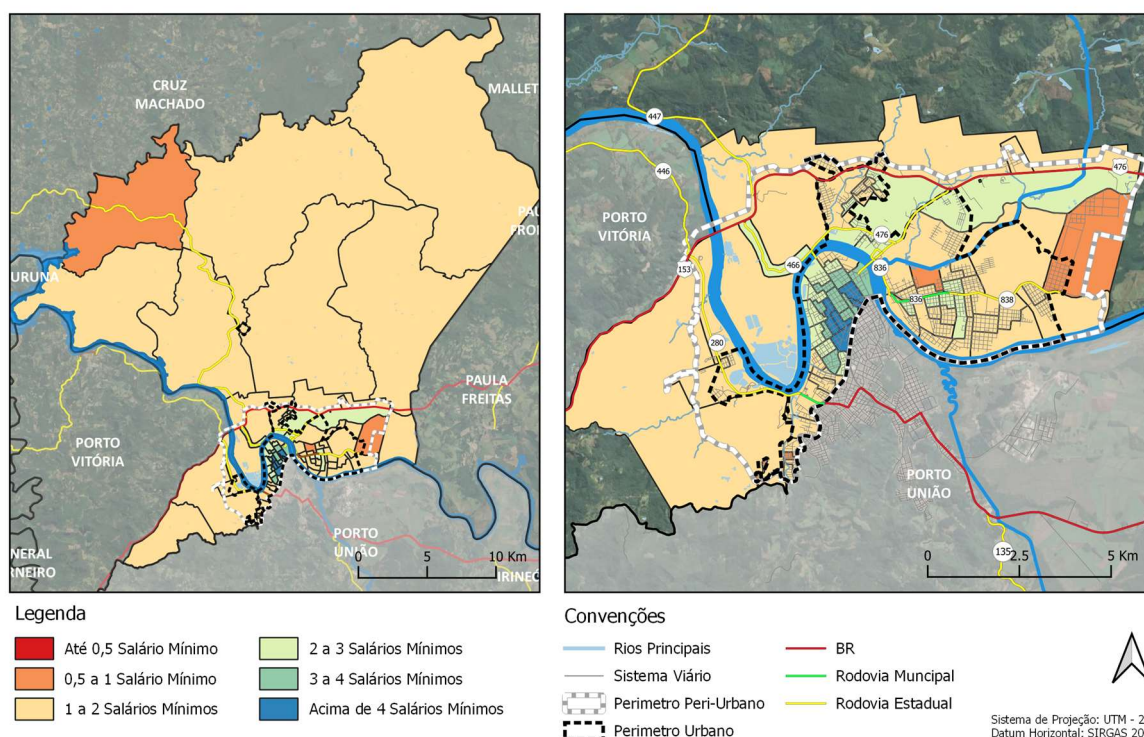
O município de União da Vitória possui área territorial de 719,998 km<sup>2</sup>, equivalente a 71.999 hectares e densidade demográfica de 73,24 hab./km<sup>2</sup>, para o ano de 2010, concentrados principalmente nas proximidades do Rio Iguaçu. A densidade populacional da sede no ano de 2010 foi de 7,10 hab./ha, enquanto que os distritos de São Cristóvão e São Domingos apresentaram no mesmo ano, respectivamente, 8,47 hab./ha e 1,99 hab./km<sup>2</sup>.

Em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de União da Vitória foi de 0,74, o que o enquadrava como município de desenvolvimento humano médio. No mesmo ano a dimensão com índice mais elevado foi a Longevidade, com índice 0,837, seguida de Renda, com 0,713 e Educação, com 0,680 (PNUD, 2013).

### 1.3.2. Emprego e Renda

Entre 2000 e 2010 a *Renda per capita bruta* de União da Vitória evoluiu de 564,17 para 674,29 reais (PNUD, 2013). Conforme o Censo 2010 a maior faixa de renda *per capita* na área rural foi de 0,5 a 1 salário-mínimo, na região noroeste do município, já as demais porções da área rural estiveram na faixa de 1 a dois salários-mínimos *per capita*, faixa de renda que também contemplou a sede do distrito de São Domingos. Quanto a renda per capita por setores censitários (IBGE 2010), localizados na sede urbana (perímetro urbano e peri-urbano) há majoritariamente o predomínio da renda per capita de 1 a 2 salários-mínimos. Os menores rendimentos per capita (de 0,5 a 1 salário-mínimo) estão na porção leste da sede (bairro São Sebastião) e bairro Cristo Rei. Já os rendimentos per capita acima de 4 salários-mínimos estão na porção central da sede urbana (**FIGURA 27**).

**FIGURA 27: RENDA MÉDIA PER CAPITA POR SETOR CENSITÁRIOS DE UNIÃO DA VITÓRIA (2010)**



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2020.

Em 2019 União da Vitória possuiu um total de 13.384 empregos formais (IPARDES, 2020). O setor econômico com o maior índice de empregabilidade é a indústria da transformação, responsável por 28,61% do total de empregos, tendo como principal atividade econômica a fabricação de madeira laminada e chapas de madeira (DATAVIVA, 2021). As atividades comerciais representam 28,29% dos empregos, seguidas das atividades de serviços, que representam 26,29% dos empregos (DATAVIVA, 2021).

**FIGURA 28: ÍNDICE DE EMPREGABILIDADE POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – 2017**

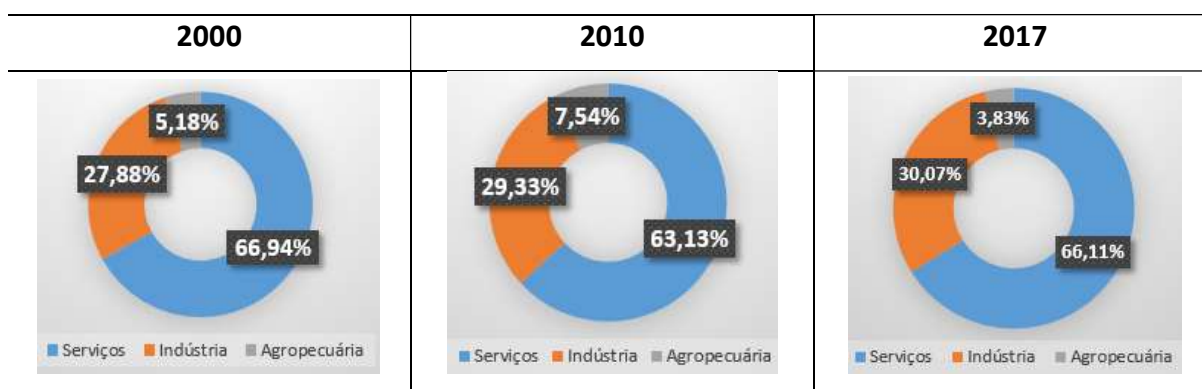


Fonte: DATAVIVA, 2021.

### 1.3.3. Distribuição do PIB e Índice FIRJAN

Em União da Vitória verificou-se importante crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) após o ano de 2010, quando este era de R\$ 723.335.000,00 passando em 2017, para R\$ R\$ 1.530.300,10 (IBGE, 2017). O principal setor econômico gerador de riquezas do município foi o setor serviços, de acordo com análise da distribuição do PIB no período de 2000 a 2017 (IBGE, 2017). O setor industrial teve significativo crescimento ao longo das décadas analisadas, responsável atualmente por cerca de 30% do PIB municipal. Já o setor agropecuário teve maior expressividade no ano de 2010, sofrendo retração desde então.

**FIGURA 29: GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR SETOR ECONÔMICO (2000 A 2017)**



Fonte: IBGE, 2017

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), cujo resultado é distribuído em quatro estratos numa escala de pontuação que varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município no ano em observação. Em União da Vitória, o IFGF analisado no período de 2013 a 2018 (último dado disponível) foi superior a 0,8 apenas no exercício do ano de 2014, apresentando Excelência em Gestão; nos anos de 2015, 2016 e 2018 teve o IFGF entre 0,6 e 0,8, apresentando Boa Gestão; e nos anos de 2013 e 2017 teve o IFGF entre 0,4 e 0,6, apresentando Dificuldade na Gestão. No ano de 2018 os componentes IFGF com pior desempenho que apresentaram situação crítica foram “Investimentos” e “Gasto com Pessoal”, indicando aspectos que precisam de atenção especial.

### 1.3.4. Capacidade de Endividamento

A **Receita Corrente Líquida (RCL)** de União da Vitória, para o ano de 2019 foi de R\$ 155.362.106. Verifica-se que 57,1% das receitas correspondem a Transferências Correntes, que revela a forte dependência externa que o município possui e pouca margem de manobra financeira para novos investimentos e projetos, correspondente à aproximadamente R\$ 2,3 milhões em 2019. Esse cenário é agravado ainda: (i) pelo baixo percentual de receitas próprias (21,8%), constituídas pela arrecadação direta de impostos, taxas, dentre outros; (ii) pela baixa taxa de investimento, equivalente à 12,0%% das receitas correntes. Considerando esses

fatores, verifica-se que União da Vitória possui capacidade de endividamento de 1,3% das receitas correntes, correspondente à aproximadamente R\$ 2,3 milhões em 2019.

A **Dívida Consolidada (DC)** foi de R\$ 28.801.934 no exercício de 2019. A Resolução do Senado Federal nº 40 de 2001 (BRASIL, 2001a), estabelece os limites máximos para o endividamento de estados e municípios, calculados em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). De acordo com tal determinação, a razão entre Dívida Consolidada Líquida (DCL) e Receita Corrente Líquida (RCL) deve ser, no caso dos municípios, inferior a 1,2. União da Vitória está dentro do limite estabelecido pelo Senado, demonstrando que: (i) o município apresenta endividamento desprezível, com dívida consolidada líquida negativa; (ii) que suas disponibilidades de caixa, acrescidas de suas aplicações financeiras e de seus demais haveres financeiros são superiores e suficientes para fazer frente ao pagamento de sua dívida consolidada.

Sob o ponto de vista de Lei de Responsabilidade Fiscal, União da Vitória possui baixa capacidade para contrair **operações de crédito**, tanto para futuras insuficiências de caixa quanto para conter desequilíbrios orçamentários, equivalente a R\$ 22,6 milhões e R\$ 10,9 milhões para operações ARO. Nesse sentido, no Plano de Ação e Investimento (PAI) do PDM, deverá contemplar mecanismos complementares de financiamento, a fim de implementar as diretrizes e ações propostas.

Quanto às **projeções futuras**, pode-se esperar que ocorra alguma contração nas transferências de capital. Os governos federal e estadual vão precisar adequar-se às novas condições financeiras pós-pandemia do Covid-19, e a liberação de recursos, sobretudo voluntários, para outras áreas, exceto em saúde, tenderão a diminuir. Essa queda, a longo prazo, pode ser compensada com melhoria na arrecadação de tributos, tanto no ITBI, como no ISS e no estabelecimento de convênio com a União para arrecadação do ITR. Vislumbra-se, considerando projeções futuras até o ano de 2030, que o município tem uma capacidade média de endividamento de R\$ 3,6 bilhões por ano. Isso significa que nos próximos 9 anos (2021-2030) o município poderá contar com quase R\$ 40 bilhões para novos investimentos.

### 1.3.5. Gestão Fiscal e Finanças Públicas

A situação fiscal do município de União da Vitória, conforme explicitado no Produto 2.15 (*Capacidade de investimento do município*) apresenta saldo orçamentário deficitário e administração financeira “mais investidora”. Como já foi descrito no **item 1.3.4**, 57,1% das receitas municipais correspondem às transferências correntes, revelando forte dependência externa agravada pela baixa margem financeira para novos investimentos e projetos (aproximadamente R\$ 2,3 milhões em 2019).

Cabe destacar que o desempenho financeiro do município é fortemente condicionado por poucas atividades produtivas, o que pode comprometer a capacidade futura de arrecadação. O setor com maior expressividade no valor adicionado fiscal municipal (55,3%) é o comércio, especialmente nos segmentos de comércio varejista e na fabricação de produtos alimentícios.



A arrecadação tributária é baixa, fato evidenciado pelo percentual de receitas próprias da receita corrente, que é de 21,8%. Cerca de 85,5% das receitas tributárias de União da Vitória são oriundas da arrecadação de impostos, demonstrando que a cobrança de taxas e contribuição de melhoria se apresentam como receitas a serem exploradas (potencialidade).

Destaca-se ainda que no âmbito dos procedimentos de controle, fiscalização e arrecadação, a falta de atualização sistemática da Planta Genérica de Valores e do Cadastro Imobiliário também podem estar afetando a saúde fiscal de União da Vitória e, nesse sentido também se apresentam como fatores limitadores da arrecadação de receitas.

A longo prazo há necessidade em prever a implementação de novas políticas de melhoria na arrecadação de recursos destinadas a fortalecer a formação de receitas próprias e ampliação da capacidade de investimento. Em decorrência dos impactos da pandemia de Covid-19, a retomada da economia urbana deverá ser acompanhada de um programa de investimentos públicos, para fomentar a economia local e permitir a absorção da mão de obra, além de preparar adequadamente o município às novas exigências sanitárias.

## 1.4. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Os aspectos institucionais foram abordados ao longo da presente revisão especialmente nos Produtos 2.3 (*Planejamento e Gestão Urbana no Município*) e 2.16 (*Estrutura e Funcionamento dos Conselhos Municipais*). O mapeamento dos aspectos institucionais é inerente à gestão eficaz que é uma das premissas inclusas dentre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 16). Dentre as metas do ODS 16 estão:

- 16.6 desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis
- 16.7 garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis
- 16.8 ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global (ODS, Agenda 2030 Brasil).

### 1.4.1. Planejamento e Gestão Urbana do Município

O município de União da Vitória é um dos municípios do estado do Paraná que assumiu o compromisso formal com cumprimento dos ODS da Agenda 2030 e seus ODS, através do **Termo de Compromisso dos Municípios Paranaenses à Agenda 2030** da ONU, seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas. Portanto, este é o alicerce no qual está apoiada a presente revisão.

O PDM 2008 refletiu em suas metas a preocupação com o bem-estar e qualidade de vida da população municipal, estando favorável às premissas contidas nos ODS. A estruturação do PDM 2008 se deu a partir de 5 Metas, das quais derivaram 6 Eixos Estratégicos, 6 Eixos Estruturantes, 17 Projetos e 59 ações, contempladas no Plano de Ações e Investimentos, cujo

cumprimento deveria se dar no íterim de 2012 a 2021, cada qual com atribuição de indicadores de desempenho próprios.

No contexto pós Estatuto da Cidade a preocupação com a elaboração de Planos Diretores Municipais alinhados ao desenvolvimento sustentável tem sido recorrente, no entanto, boa parte dos municípios brasileiros apresenta fragilidade na implementação de seus PDMs, em que a grande dificuldade está em romper a barreira do discurso e resultar na implementação concreta do programa de ações quantificáveis e objetivas<sup>4</sup>. O PDM 2008 apresentou riqueza em níveis positivos de projetos e ações possibilitando sua implementação, assim como a municipalidade dispõe de legislações que amparam o controle socioespacial quanto ao direito de construir, saneamento ambiental, uso do solo, e o desenvolvimento socioeconômico do ambiente urbano.

As **principais legislações urbanísticas vigentes em União da Vitória** e afetas ao PDM são:

- Lei do Plano Diretor – Lei Complementar nº 003/2012
- Lei de Uso do Solo Municipal - Lei Complementar nº 005/2012
- Lei do Perímetro Urbano e Peri-Urbano - Lei Complementar nº 004/2012
- Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano - Lei Complementar nº 006/2012
- Lei do Sistema Viário - Lei Complementar nº 007/2012
- Lei do Parcelamento do Solo Urbano - Lei Complementar nº 008/2012
- Código de Obras - Lei Complementar nº 009/2012
- Código de Posturas - Lei Complementar nº 010/2012
- Lei de Regulação Local dos Dispositivos do Estatuto da Cidade - Lei Complementar nº 011/2012
- Lei de Gestão Democrática - Lei Complementar nº 012/2012

Destacam-se também normativas que complementam o controle socioespacial as quais a revisão do PDM 2008 deve guardar sinergia:

**Lei Complementar nº 19/2015** - Dispõe sobre medidas voltadas à Regularização Fundiária de Interesse Social e Específico em imóveis no Município de União da Vitória e dá outras providências;

**Lei Ordinária nº 4.242/2013** - Aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de União da Vitória;

**Lei Ordinária nº 4.526/2015** - Institui o Plano de Mobilidade de União da Vitória;

**Lei Ordinária nº 4613/2016** - Dispõe sobre o Plano de Arborização Urbana do Município de União da Vitória e dá outras providências

Conforme a Lei Complementar nº 011/2012, **a municipalidade dispõe de 7 instrumentos do Estatuto da Cidade**, que já têm áreas demarcadas para sua aplicação e estão vinculados a leis complementares posteriores. Entretanto, a Prefeitura Municipal evidencia que nenhum dos 7

---

<sup>4</sup> SANTOS JR., O. A.; MONTANDON, D.T. PDs Municipais pós-EC: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Cidades; IPPUR/UFRJ, 2011.

instrumentos dos quais dispõe o município foi aplicado desde sua regulamentação em 2012. Ainda em relação à aplicação dos instrumentos urbanísticos, pode ser analisada abordagem de sinergia de sua aplicação levando em conta as dinâmicas com instrumentos já vigentes em Porto União, tomando partido do aspecto regional caracterizado pela conurbação dos dois municípios. Uma das potencialidades na legislação municipal vigente quanto ao **sistema de gestão democrática** é a regulamentação do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) na Lei Complementar nº 012/2012, destinado à articulação das preocupações de caráter urbanístico e ambiental, explicitando conflitos e desafios entre a expansão urbana e a integridade ambiental.

Quanto às “**Atividades de Licenciamento e Fiscalização do Parcelamento do Solo para fins urbanos, Edificações e Obras**”, destaca-se seu gerenciamento pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN). É importante salientar que o município conta, nessa secretaria, com recursos humanos aquém das necessidades para atendimento das demandas, estando em exercício apenas um fiscal (dedicado a vários tipos de fiscalização) e 6 engenheiros civis para as demais funções. A equipe reduzida pode gerar sobrecarga, prejudicando a consecução das funções. A situação institucional quanto aos recursos humanos para fiscalização, pode ser aferida na estrutura dos cargos efetivos, disposta na Lei nº 3058/2003, que estabelece 2 vagas para fiscal de obras e 3 vagas para fiscal de tributos e posturas. No entanto esses cargos não foram preenchidos.

Em relação aos **instrumentos de gestão** salienta-se certa defasagem na Planta Genérica de Valores (PGV), que ocorreu no ano de 2013 e no Cadastro Imobiliário. Atualmente o município não dispõe de Planta Cadastral unificada para a sede urbana, apenas o mapeamento separado de cada loteamento. Os dados relativos ao ano de aprovação, número do lote, número predial e edificações são obtidos através do cadastro técnico no sistema terceirizado Betha, o qual também engloba os sistemas de tributação, patrimônio, folha, frota e contabilidade do município. Ainda conforme a Prefeitura Municipal, o Cadastro Imobiliário não possui sistema de cadastro ISSQN informatizado.

Em relação aos **sistemas de informação municipais**, o que predomina nas bases cartográficas de União da Vitória é o CAD não georreferenciado, implicando em possíveis imprecisões e distorções, além da difícil sobreposição de cartografias. O uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) é realizado de forma isolada gerenciado e atualizado pelo setor de cadastro, para a consulta do zoneamento e da rede de esgoto, água e drenagem pluvial. Assim é fundamental a unificação dos dados existentes em um sistema de mapeamento georreferenciado único, auxiliando na visualização espacial da ocupação urbana e sua fiscalização, bem como a identificação de lotes vazios, para diferenciar a cobrança do IPTU e taxas urbanas. Esta unificação orientará o levantamento de campo a ser feito para atualização cadastral.

Em relação aos sistemas de informação que fazem a interface ao atendimento eletrônico dos municípios, no ano de 2015 (IBGE), União da Vitória dispunha de ouvidoria e “serviço de

atendimento ao cidadão”, emissão de certidão negativa de débito e “acesso a documentos e formulários”. Em 2021 há oferta de serviços eletrônicos que até 2015 não estavam disponíveis, como consulta a processos, mas ainda não há matrícula escolar na rede pública on-line, e consulta prévia para obtenção de alvará provisório. Ressalta-se o aspecto positivo de que a certificação eletrônica de documentos já é disponível para os cidadãos através do portal da prefeitura.

Em relação à “**Localização de Funcionamento das Atividades Econômicas**”, destaca-se que o licenciamento é realizado por meio de Alvarás, que contém a relação de empresas por atividade. Existem também listagens dos contribuintes mais significativos do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), tributo estadual e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), tributo municipal. O município não dispõe de mapeamentos localizando os principais contribuintes do município em Valor Adicionado – ICMS e ISSQN, apenas os dados das empresas no cadastro de atividades econômicas. Por outro lado, possui os endereços o que permite seu mapeamento.

No que se refere ao Planejamento e Gestão Urbana do Município na “**Provisão de infraestrutura e equipamentos, e prestação de serviços públicos**” destaca-se no âmbito dos *serviços de saúde* Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu (CISVALI), voltado ao atendimento especializado de alta complexidade. Quanto ao planejamento e gestão na *esfera educacional*, salienta-se a existência do Plano Municipal de Educação, direcionando desenvolvimento setorial neste aspecto. A gestão da saúde possui Secretaria, Conselho Municipal e Fundo específicos.

A oferta dos *serviços de assistência social* está vinculada ao Sistema Municipal de Assistência Social de União da Vitória/PR (SUAS/UVA), sob o comando da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), contando com plano setorial específico. Além da referida Secretaria, a Assistência Social possui uma variedade Conselhos e Fundos Municipais.

No que se refere ao *Esporte, Cultura e Lazer*, a gestão destes temas é vinculada às suas respectivas secretarias e já existe variedade em sua oferta, havendo a possibilidade de complementações com recursos de outras esferas (tal como provenientes da Lei Rouanet) adicionando equipamentos como “Pontos de Memória”, tão importantes para os segmentos mais carentes da população, no sentido em que busca o reconhecimento e valorização da memória social. Dentre os Fundos e Conselhos Municipais vigentes não há ainda nenhum destinado à Esporte, Cultura e Lazer.

Quanto à gestão do tema *Turismo*, o mesmo possui gestão vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Urbanismo. Além de possuir Conselho e Fundo municipal vigentes e dispor da Associação de Turismo e Meio Ambiente de União da Vitória (ATEMA), facilitando a governança e o controle nas estratégias de desenvolvimento.

A prestação dos *serviços urbanos e infraestruturas urbanas* é de responsabilidade de companhias estaduais e do setor privado, a saber: energia elétrica, Companhia Paranaense de

Energia Elétrica – COPEL; coleta de resíduos sólidos, Limpatur; abastecimento de água e esgotos sanitários, realizado pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); transporte público coletivo de passageiros: prestado pela Transportes Coletivos Iguazu.

#### **1.4.2. Estrutura e Funcionamento dos Conselhos Municipais**

Conforme apresentado nos Produtos 2.3 e 2.16, a Estrutura Organizacional e Administrativa municipal conta com 14 Secretarias Municipais, dentre as quais, 7 gerem ou possuem vínculo administrativo com os Conselhos Municipais. As normativas mais recentes que disciplinam a estrutura organizacional são as Leis Ordinárias nº 4733/2018 e nº 4787/2018.

Os Conselhos Municipais são enquadrados como órgãos de aconselhamento com caráter colaborativo e consultivo ao Poder Executivo municipal e conforme detalhado no Produto 2.16, o total de Conselhos Municipais vigentes e ativos na atual estrutura organizacional é de 21. Dentre os Conselhos ativos há 3 que ainda se encontram em estágio de “construção”, são eles: Conselho Municipal da Juventude (COMJUVA), o Conselho Municipal de Apoio à Inovação e Tecnologia (CMAIT) e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), mas como já possuem legislação, foram considerados vigentes na atual estrutura organizacional do município.

Ao longo do Produto 2.16 são apresentados quadros analíticos com as atribuições de cada um dos conselhos municipais a fim de detectar sua relação com o PDM e desenvolvimento urbano. Dos 21 Conselhos Municipais ativos em União da Vitória 5 possuem relação direta e fundamental com PDM, 1 possui relação direta e indireta, 11 possuem relação exclusivamente indireta e 4 são voltados a atribuições específicas que não possuem necessariamente relações com o PDM.

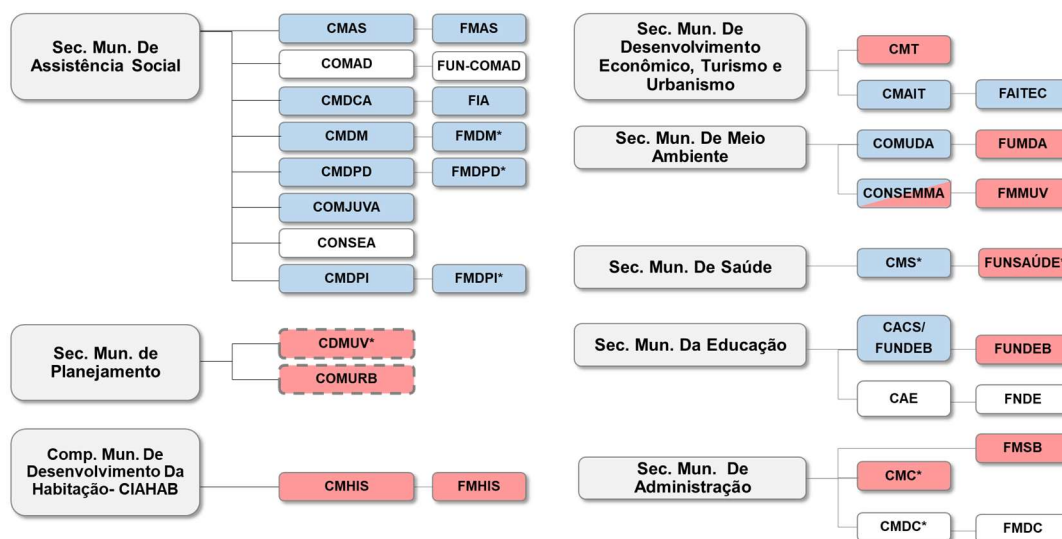
Quanto à possibilidade de unificação de conselhos, no Produto 2.16 é apontado que a grande maioria dos conselhos ativos não apresenta tal possibilidade, visto sua vinculação a verbas específicas e/ou ímpares em função da singularidade de suas atribuições. Vislumbra-se, pois, a possibilidade de unificação entre apenas dois conselhos - o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDMUV) e o Conselho Municipal de Urbanismo de União da Vitória (COMURB). Os referidos órgãos de aconselhamento possuem naturezas distintas, porém, atribuições semelhantes e não são gestores de fundos municipais na atual estrutura organizacional. Desse modo, ambos são os únicos factíveis à unificação.

O município possui o total de 15 Fundos Municipais ativos na atual estrutura organizacional que estão vinculados a Conselhos Municipais ou Secretarias vigentes. Dentre os 15 Fundos Municipais, existem 6 que possuem possíveis aplicações relacionadas a serviços e infraestruturas urbanas e qualidade ambiental (com relação direta com a temática de desenvolvimento urbano e PDM) e 6 que têm suas aplicações voltadas a políticas de amparo social ou econômico (com relação indireta à temática de desenvolvimento urbano e PDM). Os fundos que apresentam relações com PDM e desenvolvimento urbano podem vir a ser elencados como fontes de recursos no Plano de Ações e Investimentos (PAI).

Identificou-se também 3 fundos com aplicações específicas que são uma forte potencialidade nas políticas de amparo social do cidadão união-vitoriense, mas não necessariamente possuem relações com a implementação do PDM. São eles, Fundo Municipal do COMAD (FUN-COMAD), Fundo Municipal de Defesa do Consumidor (FMDC) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A FIGURA 30 a seguir ilustra a síntese referente aos resultados da análise da natureza e atribuições dos Conselhos e aplicações dos Fundos Municipais. Adicionalmente se constatou que dentre as atribuições dos conselhos existentes, não são abordados com profundidade aspectos de integração regional e ainda não há Fundo Municipal ativo destinado exclusivamente ao desenvolvimento urbano. Assim, futuramente, poderia ser objeto da presente revisão, a inclusão de “Conselho da Cidade” unificando os objetivos do desenvolvimento sustentável em conjunto com “Fundo de Desenvolvimento Urbano”, este com a utilização de recursos próprios, tendo como uma das possíveis receitas repasses provenientes da aplicação de instrumentos urbanísticos.

**FIGURA 30: SÍNTESE ANALÍTICA CONSELHOS E FUNDOS MUNICIPAIS**



**LEGENDA**

**Relação com PDM e desenvolvimento urbano**

■ Relação Direta   
 ■ Relação Indireta   
 ■ Relação Direta/Indireta   
 □ Sem relação

**Unificação / Fusão**

  Possibilidade unificação

Fonte: Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

## REFERÊNCIAS

ANEEL. **Indicadores de Continuidade.** Disponível em: <[https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/indicadores\\_de\\_qualidade/decFecSegAnual.cfm?ano=2019&REGIAO=SU&DISTRIBUIDORA=2866&tipo=d](https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/indicadores_de_qualidade/decFecSegAnual.cfm?ano=2019&REGIAO=SU&DISTRIBUIDORA=2866&tipo=d)>. Acesso em: 14 abr. 2020. ANEEL, 2019.

BRASIL. **Lei Federal nº 12651, de 25 de maio de 2012.** Código Florestal Brasileiro.

CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. **Consulta estabelecimento – identificação.** Disponível em: < <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>>. Acesso em: mai. 2021. CNES, 2021.

CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná. **Estudo Básico de Desenvolvimento Regional (EBDR). Volume 2: Mobilidade, transporte e logística.** Paraná, 2016 Disponível em: < [https://www.crea-pr.org.br/ws/wp-content/uploads/2016/12/ebdr\\_V02\\_completo\\_web.pdf](https://www.crea-pr.org.br/ws/wp-content/uploads/2016/12/ebdr_V02_completo_web.pdf)>. Acesso em: maio de 2021.

DATAVIVA. **Plataforma aberta de pesquisa. Dados Gerais:** União da Vitória. União da Vitória, 2021. Disponível em: <<http://dataviva.info/pt/location/5pr080306/wages>>. Acesso em: jan. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico - Dados da sinopse.** IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. **População estimada:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 10 de julho de 2020. IBGE, 2020.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto.** IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. IBGE, 2000, 2010, 2017.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais.** IBGE, 2015.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. RIGeo – Repositório Institucional de Geociências. PFALTZGRAFF, P.; BRENNY, M. E.. **Ação emergencial para delimitação de áreas em alto e muito alto risco a enchentes e movimentos de massa:** União da Vitória, Paraná. Relatório Técnico. Set. 2012. Disponível em: . Acesso em: set. 2020.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Cartas de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações: 1:25.000** (livro eletrônico): nota técnica explicativa / coordenação Omar Yazbek Bitar. - São Paulo: IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo; Brasília, DF: 2014.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. RIGeo – Repositório Institucional de Geociências. **Carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações: município de União da Vitória – PR.** Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Mapa de Suscetibilidade – Escala 1:50.000. As informações geradas para a elaboração da carta estão em conformidade com a escala 1:25.000. Outubro, 2014; Revisão 02 - março 2015. Sg.22-Y-B-lii. Brasil, 2015. Disponível em: . Acesso em: set. 2020.

COHAPAR. Companhia de Habitação do Paraná. **Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais do Paraná (SISPEHIS): União da Vitória.** Plano Estadual de Habitação de Interesse Social

do Paraná (PEHIS), União da Vitória, 2019. Disponível em: <<https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/PEHISPUBLICO/formFavela.php?idFormulario=L4EQRRMTR eGsFLnvHywe8wGLLPFK99YvJ6nbFDnCRem>>. Acesso em: fev. 2021.

CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná. **Estudo Básico de Desenvolvimento Regional (EBDR)**. Volume 2: Mobilidade, transporte e logística. Paraná, 2016 Disponível em: <[https://www.crea-pr.org.br/ws/wp-content/uploads/2016/12/ebdr\\_V02\\_completo\\_web.pdf](https://www.crea-pr.org.br/ws/wp-content/uploads/2016/12/ebdr_V02_completo_web.pdf)>. Acesso em: mai. 2021.

FBDS – Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável. **Mapeamento em Alta Resolução dos Biomas Brasileiros**. Metadados e Metodologia. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: . Acesso em: set. 2020.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice Firjan de Gestão Fiscal**. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifgf/>>. Acesso em: mai. 2021.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Cidade Vida**: Curso de Desenho Ambiental Urbano. Editora Nobel, 2008, 1ª Edição.

IAT - Instituto Água e Terra. **Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança**. Curitiba: IAT, 2009.

\_\_\_\_\_. **Mapas e Dados Espaciais**. IAP, 2014 (antigo). Disponível em: <<http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Mapas-e-Dados-Espaciais>>. Acesso em: mai. 2021.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de União da Vitória**. IPARDES, 2019, 2020.

ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **Dados Geoespaciais Diversos**. Curitiba, 2006-2020. Disponível em: <<http://www.geo.pr.gov.br/ms4/itcg/geo.html#>>. Acesso em: ago. 2020.

JLAA. Jaime Lerner Arquitetos Associados. **Estruturação Urbana e Projetos Estratégicos**. União da Vitória - Volume 1, fevereiro/2019. JLAA, 2019a.

\_\_\_\_\_. Jaime Lerner Arquitetos Associados. **Mobilidade**. União da Vitória - Volume 2, fevereiro/2019. JLAA, 2019b.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: mai. 2021.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 1.438/1995**. Define o Zoneamento Ecológico da Serra da Esperança. PARANÁ, 1995.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 15.825, de 28 de abril de 2008**. Inclui os Municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha na Região Sudoeste do Estado do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do Estado do Paraná. Paraná, 2008. Disponível em: <[http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod\\_legislativo\\_arquivo/mod\\_legislativo\\_arquivo.php?leiCod=28006&tplei=1&tipo=L](http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=28006&tplei=1&tipo=L)>. Acesso em: fev. 2021.



PNUD – Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento; IPEA - Instituto De Pesquisa Econômica E Aplicada; FJP - Fundação João Pinheiro. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil**. 2013. Disponível em: < [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/medianeira\\_pr](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/medianeira_pr)>. Acesso em: 24 mar. 2020. PNUD, 2013.

PORTO UNIÃO (Município). **Lei Complementar no 039, de 18 de maio de 2020**. Porto União, SC, 2020.

TUCCI, C. E. M.; VILLANUEVA, A. O. N.. **Controle de Enchentes das cidades de União Da Vitória e Porto União**. CORPREHI, 77 p. 1997.

ROMANINI, Anicoli. **Planejamento Urbano & Equipamentos Comunitários: O Caso de Passo Fundo/RS**. Passo Fundo: Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo, 2007. 271 p.

SANTOS JR., O. A.; MONTANDON, D.T. **PDs Municipais pós-EC: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Cidades; IPPUR/UFRJ, 2011.

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **SNIS: Série Histórica**. SNIS, 2018.

UNIÃO DA VITÓRIA. **PDM 2008**: Plano Diretor Municipal de União da Vitória. Larocca Associados S/S Ltda. PDM, 2008.

\_\_\_\_\_. **PMUV**: Revisão do Plano Diretor Municipal de União da Vitória. Tese Tecnologia. PMUV, 2021.

\_\_\_\_\_. **PME 2018**: Plano Municipal de Educação. PME, 2018.

\_\_\_\_\_. **PMSB 2013**: Plano Municipal de Saneamento Básico Município de União da Vitória. PMSB, 2013.

\_\_\_\_\_. **PMSB 2020**: Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. FUNPAR – Fundação da Universidade Federal do Paraná. PMSB, 2020.

UNIÃO DA VITÓRIA. **Lei Complementar nº 3/2012, de 16 de janeiro de 2012**. Aprova o Plano Diretor Municipal de União da Vitória e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 4/2012, de 16 de janeiro de 2012**. Dispões sobre os Perímetros Urbanos e Peri-Urbano do Município de União da Vitória e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 5/2012, de 16 de janeiro de 2012**. Regula o Uso do solo municipal em União da Vitória e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 6/2012, de 16 de janeiro de 2012**. Regula o Uso e Ocupação do solo urbano em União da Vitória e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 7/2012, de 16 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre o Sistema Viário do Município de União da Vitória e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 8/2012, de 16 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano em União da Vitória e dá outras providências.



\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 9/2012, de 16 de janeiro de 2012.** Dispõe sobre o Código de Obras do Município de União da Vitória e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 10/2012, de 16 de janeiro de 2012.** Estabelece o Código de Posturas no Município de União da Vitória e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 11/2012, de 16 de janeiro de 2012.** Regulamenta no Município de União da Vitória, a aplicação dos dispositivos do Estatuto da Cidade e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 12/2012, de 16 de janeiro de 2012.** Estabelece Os Instrumentos De Democratização Da Gestão Urbana E Dá Outras Providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 19/2015, de 14 de julho de 2015.** Dispõe sobre medidas voltadas à Regularização Fundiária de Interesse Social e Específico em imóveis no Município de União da Vitória e dá outras providências.

UNIÃO DA VITÓRIA. **Lei Ordinária nº 3058/2003, de 26 de abril de 2003.** dispõe sobre a reestruturação da organização funcional de recursos humanos da prefeitura municipal de União da Vitória e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Ordinária nº 4242/2013, de 27 de outubro de 2013.** Aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de União da Vitória.

\_\_\_\_\_. **Lei Ordinária nº 4526/2015, de 14 de julho de 2015.** Institui o Plano de Mobilidade de União da Vitória

\_\_\_\_\_. **Lei Ordinária nº 4613/2016, de 24 de maio de 2016.** Dispõe sobre o Plano de Arborização Urbana do Município de União da Vitória e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Ordinária nº 4733, de 02 de abril de 2018.** Dispõe sobre alteração na Lei nº 3058, de 17 de abril de 2003, altera os cargos comissionados que compõem a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de União da Vitória e define suas atribuições e contém outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4787, de 18 de dezembro de 2018.** Altera as atribuições dos comissionados da lei nº 4732/2018 e do anexo 5 da lei nº 4733/2018 que compõem a estrutura organizacional da prefeitura municipal de União da Vitória.